



A ESCRITA NA HISTÓRIA: PROPOSTAS PARA UM ENSINO INCLUSIVO

CARLA RENATA VIEIRA RODRIGUES



Copyright © by Carla Renata Vieira Rodrigues
Copyright © 2021 Editora Cabana
Todos os direitos desta edição reservados
O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade da autora.

Capa e Projeto gráfico:

Letícia Alves

Edição:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Revisão:

Juliana Souza e Elayne Castro

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

CONSELHO EDITORIAL:

Dra. Juliana Teixeira Souza (UFRN)

Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN)

Dr. Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)

Dra. Marta Margarida Andrade Lima (UFRPE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696e Rodrigues, Carla Renata Vieira.
A escrita na história: propostas para um ensino inclusivo [recurso eletrônico] / Carla Renata Vieira Rodrigues. – Belém, PA: Cabana, 2021.
89 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-992283-7-7

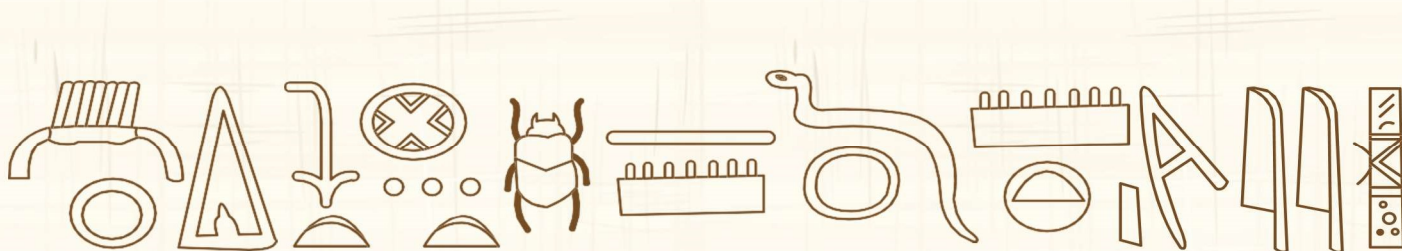
1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. I. Título.

CDD 907



SUMÁRIO

<u>Carta de apresentação</u>	<u>4</u>
<u>Introdução</u>	<u>5</u>
<u>Documentos importantes</u>	<u>10</u>
<u>BNCC</u>	<u>11</u>
<u>Perspectiva interdisciplinar da BNCC</u>	<u>14</u>
<u>Proposta 1 – Pintura Rupestre</u>	<u>17</u>
<u>Proposta 2 – Escrita Cuneiforme</u>	<u>29</u>
<u>Proposta 3 – Escrita Hieroglífica</u>	<u>40</u>
<u>Proposta 4 – Escrita Fenícia</u>	<u>52</u>
<u>Proposta 5 – Escrita Grega</u>	<u>63</u>
<u>Proposta 6 – Escrita Romana</u>	<u>76</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>88</u>



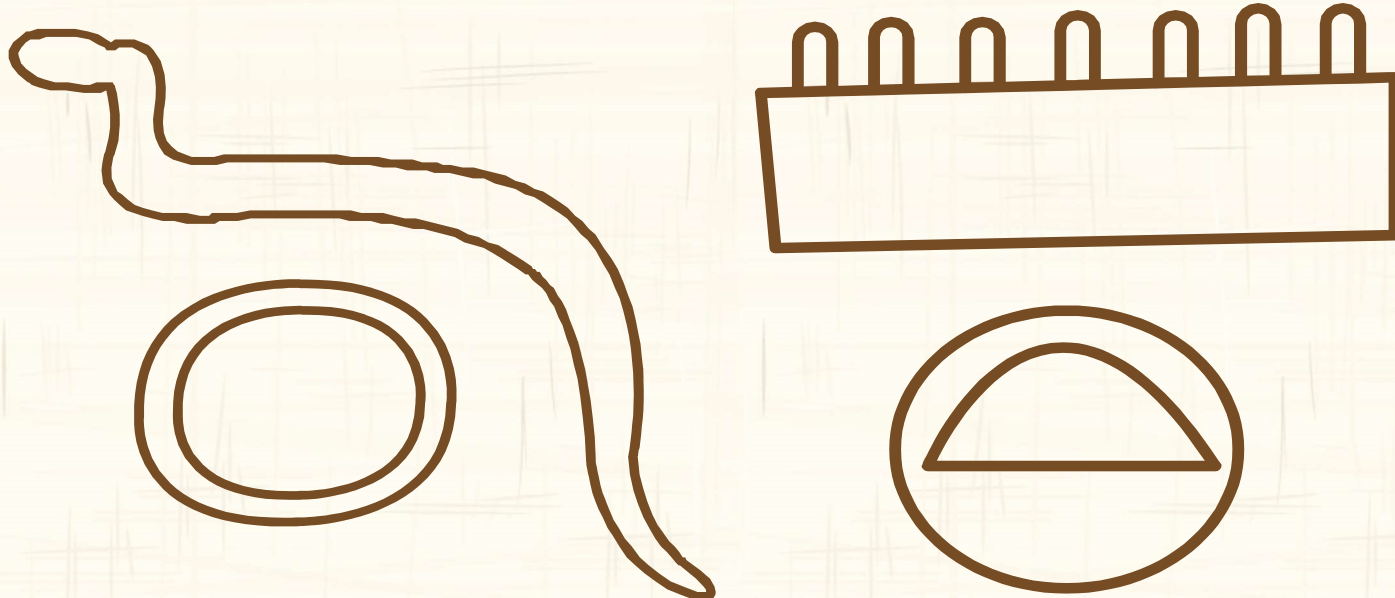
CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caro(a) professor (a):

O caderno de atividades aqui apresentado propõe viabilizar a construção de conhecimento histórico em sala de aula de forma inclusiva, coletiva e interdisciplinar, possibilitando que o(a) professor(a) interaja com os estudantes por meio da problematização de fontes e da utilização de recursos didáticos variados. Trata-se de um conjunto de atividades pensado a partir de condições concretas do trabalho em sala de aula, de modo a ser adaptado em qualquer ambiente escolar, explorando os conteúdos abordados no livro didático ao longo do ano letivo. As sequências didáticas respeitam a diversidade de possibilidades para as aulas de cada professor(a), como se verificará pela variedade de materiais e recursos sugeridos para a realização das atividades propostas.

O material que apresento tem como público-alvo os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, uma vez que o tema central é a linguagem e as formas de expressão de algumas civilizações antigas. Espero que esse trabalho inspire os(as) colegas docentes a realizar novas experiências nesta intensa jornada que é o ensino de História comprometido com a formação cidadã e com a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária.

Atenciosamente,
Renata Vieira



INTRODUÇÃO

Considerando a importância da linguagem na mediação das relações humanas, o objetivo deste caderno de atividades é utilizar práticas de linguagem historicamente diversificadas para estimular a comunicação, interação e integração entre alunos de escolas que possuem crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais em seu corpo discente. Com isso, desejo que haja a promoção de uma educação inclusiva a partir da construção de valores, tais como solidariedade, empatia e respeito, buscando sempre o diálogo entre todos os seus discentes e, assim, efetivar a cidadania no chão da sala de aula e demais espaços da sociedade.

Para que entendam o que isso significa, é necessário falar um pouco sobre o porquê deste caderno ter uma proposta inclusiva, ou seja, que abrange todos os estudantes, e não somente aqueles que são público-alvo da Educação Especial. Na dissertação em que registrei os estudos e reflexões que fundamentam este material, verifiquei que a Educação Especial se caracteriza por ser uma política pública direcionada às crianças e jovens com deficiências, altas habilidades/superdotação, transtorno global do desenvolvimento etc. Por seu turno, a Educação Inclusiva é uma política pública direcionada a todos os indivíduos que têm necessidades educacionais especiais.

Embora a Educação Inclusiva contemple as crianças com deficiências, altas habilidades/superdotação, transtorno global do desenvolvimento etc., não se restringe a elas. Isso porque, em algum momento da escolarização, qualquer criança pode apresentar dificuldade de aprendizagem, sobretudo quando integra grupos historicamente marginalizados e excluídos (por fatores socioeconômicos, étnicos, linguísticos etc.), que enfrentam dificuldade em ter acesso não somente à educação, mas também a outros direitos sociais.¹

Portanto, apresento este trabalho com o intuito de ser uma tentativa de aproximação a essa proposta inclusiva. Isso significa que, embora haja preocupações com estudantes que possuam deficiências, o objetivo maior é fazer com que todos os alunos compreendam as diferenças, de maneira a reconhecê-las como algo positivo, estimulando a inserção de todos na comunidade escolar, contribuindo, dessa forma, para a formação cidadã.

Para promover uma educação inclusiva que esteja preocupada com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, as questões relacionadas à linguagem tornam-se particularmente importantes, pois, no geral, esses alunos têm dificuldade de comunicar-se dentro do contexto escolar.² Para ser possível dimensionar o impacto desse problema e dos desafios que o envolvem, elaborei questionários, que foram aplicados em minha escola, e estudei alguns autores que debatem o tema.³ Percorrendo esse caminho, percebi que a comunicação é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, que tendem a ficar isolados e manter pouco contato com os outros estudantes no contexto escolar.

Tendo em vista esse desafio, este caderno tem como finalidade promover inclusão por meio da linguagem, buscando possibilitar o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento, em uma

¹ Para um maior esclarecimento sobre esse debate, sugiro a leitura do capítulo 1 da dissertação, bem como entender parte dessa discussão presente no texto das autoras Cláucia Honnef; Fabiane Vanessa Breitenbach e Fabiane Adela Tonetto Costas “Educação Inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da declaração de Salamanca no Brasil”, publicado pela Revista *Ensaio: aval, pol, públ, Educ.* (2016).

² Este estudo utilizou como base um questionário aplicado com 325 alunos da escola EMEIEF José Martins Rodrigues, a qual leciono, e que trouxe à tona questionamentos acerca da problemática da linguagem e comunicação mesmo dentro de uma escola considerada inclusiva. O questionário encontra-se anexo ao fim da dissertação.

³ Para mais informações sobre este assunto, conferir: TAKASE, Érica Mayumi; CHUN, Regina Yu Shon. Comunicação e inclusão de crianças com alterações de linguagem de origem neurológica na perspectiva de pais e educadores. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 16, n. 2, p. 251-264, mai./ago. 2010.

perspectiva interdisciplinar, pois acredito que todas elas, e aqui destaco as licenciaturas em especial, devem mobilizar seus conhecimentos no trabalho com esse público em sala de aula. Ou seja, acredito que nenhum componente curricular pode se abster de se preocupar com esses alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, uma vez que o objetivo de promover formação cidadã nos exige assumir o compromisso de experimentar práticas de ensino inclusivas.

A escolha pelo público-alvo do 6º ano do Ensino Fundamental justifica-se pela minha própria prática didática com esses alunos, haja vista que já leciono há bastante tempo para essa série e sinto-me familiarizada com as suas dificuldades e problemas. Ao longo dos anos em que tenho exercido a docência, tenho realizado diversas experiências de ensino-aprendizagem as quais me habilitaram a construir conhecimento qualificado acerca deste tema, considerando as características dos discentes que cursam essa série, em específico.

Além dessa condição, sei, com base estudos já realizados⁴, que essa etapa de ensino é uma das mais desafiadoras para os profissionais de educação, constituindo-se como um momento-chave em que a mudança na dinâmica da rotina escolar, com múltiplos professores e componentes curriculares, tende a contribuir para as muitas reprovações, sendo também um momento de transição entre a infância e a adolescência, implicando mudanças físicas e emocionais. Apesar dos desafios, escolhi direcionar a atenção para os alunos do 6º ano por acreditar que, já que estão começando uma nova fase de ensino, esse também é o período ideal para construirmos as bases de novos conhecimentos que serão fundantes para a formação cidadã.

Então, para o processo de formação dessas crianças, fazer esse investimento de reconhecimento e valorização da diversidade no 6º ano é uma opção estratégica. Esses estudantes estão começando uma nova etapa e, se aprenderem desde então a ter outro comportamento frente aos colegas com particularidades e necessidades diversas, esperamos que no desenrolar do

⁴Sobre este assunto, conferir: SANTOS, Almir Carlos dos. Fracasso escolar de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. Escola José Augusto Barreto – JAB. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013. *Anais* [...]. Araraquara: UNESP, 2013, p. 1-25. (Tema: Aproximando agendas e agentes).

Ensino Fundamental e Médio sigam de maneira mais exitosa o processo de convivência social sem preconceitos e sem práticas de bullying, com a diversidade sendo considerada como algo positivo, que deve ser reconhecida e respeitada dentro e fora da sala de aula. Logo, este caderno é uma forma de agregar todas estas possibilidades, buscando sempre promover a igualdade e a valorização das diferenças.⁵

Partindo do princípio de que o processo de comunicação ocorre em todas as civilizações e que o ato de comunicar-se é inerente ao ser humano, seja por meio de imagens e símbolos, seja por meio de uma língua escrita, sabendo ainda que os alfabetos são legado de diversas culturas, foi elaborado este caderno de estudo, estruturado na forma de sequências didáticas, para ser trabalhado durante todo o ano letivo, possivelmente utilizando duas temáticas por trimestre, na medida em que você, profissional, esteja tratando dos assuntos sugeridos no caderno. Para ajudar os colegas nessa empreitada, também trouxe leituras complementares que vão agregar conhecimento e capacitá-los para executar as propostas aqui apresentadas.

Este material aborda as seguintes formas de comunicação: pintura rupestre, escrita cuneiforme, escrita hieroglífica, escrita fenícia, escrita grega e escrita romana. A escolha por essas formas de expressão deu-se pela preocupação em apresentar uma proposta articulada ao currículo de História, pois a escrita como forma de linguagem social é um dos temas presentes entre os objetos de aprendizagem do 6^a Ano, conforme proposto na versão homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entre as habilidades a serem desenvolvidas, a BNCC requer que os alunos identifiquem os princípios norteadores da produção do conhecimento histórico e aprendam sobre contextos históricos específicos recorrendo a diferentes linguagens, sendo a escrita uma das principais formas de registro da experiência humana na História, o que reforça a validade da proposta.

Nos livros didáticos, a temática da escrita e linguagem está estreitamente associada ao estudo das civilizações antigas,

⁵ Para compreender melhor esta escolha e análise, conferir o item 3 – Plano, que especifica e justifica o formato da dissertação.

assunto que tradicionalmente já era abordado no 6º Ano. A perspectiva de conhecer sociedades tão distintas e distantes, no tempo e no espaço, também torna esse um momento propício para investir fortemente junto aos alunos nas discussões acerca da diversidade, facilitando a utilização de sequências didáticas sugeridas, sem a necessidade de sair do seu conteúdo programático e planejamento anual. A proposta, portanto, é agregar novas experiências de abordagem ao currículo escolar ao qual você, professor, está familiarizado, somando novas possibilidades de trabalho com assuntos aos quais já está acostumado a trabalhar em sala de aula, abordando, no entanto, uma perspectiva interdisciplinar, por meio da utilização de uma linguagem lúdica e acessível para os estudantes.

A fim de viabilizar a prática da educação inclusiva no nosso contexto atual, proponho a aplicação do método histórico, de modo que possamos construir conhecimento coletivamente em sala de aula, por meio da investigação de fontes e recursos didáticos diferenciados. Acredito que, dessa forma, contribuiremos para a formação de cidadãos conscientes de seu papel social, de modo que sejam capazes de entender a diversidade como um valor a ser defendido e respeitado em nossa sociedade.

Vamos em frente, com esperança!



Documentos importantes

Alguns documentos e leis são importantes para a compreensão da proposta de uma Educação Inclusiva. Sugiro as seguintes leituras, com atenção aos itens destacados :

- **Constituição Federal de 1988**, que em seu art. 205, título VIII, capítulo III, seção I, sobre a Ordem Social, assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.
- **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, realizada em 1990, que produziu um documento com instruções para o reconhecimento dos direitos à educação inclusiva em diversas instâncias.
- **Declaração de Salamanca**, realizada em 1994, assinada por representantes de 92 países e 25 organizações internacionais, incluindo o Brasil, em que seus signatários se comprometem com a promoção de princípios e práticas para Educação Inclusiva, incluindo o que concerne às necessidades pedagógicas especiais.
- **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996**, Capítulo V – Da Educação Especial, que determina adequação do currículo conforme necessidade social ou local dos educandos com deficiência, adotando o princípio da inclusão em seu texto. Nesse artigo, assegura-se ainda as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas, no contraturno, com profissionais adequados.
- **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**, que possibilitou acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**, que garante a acessibilidade do uso da LIBRAS e de sua divulgação em todos os lugares públicos como língua oficial das comunidades surdas do Brasil.
- **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**, intitulada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinada pela então presidenta Dilma Rousseff. Essa é a primeira lei que reconhece a presença de violência, negligência e discriminação contra as pessoas com deficiência no Brasil, um avanço para a promoção de políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

Estes documentos foram discutidos no Capítulo 1 de minha dissertação de mestrado. Para melhores esclarecimentos, fazer a leitura dessa discussão.



BNCC

Seguem orientações sobre como algumas competências da BNCC podem ser desenvolvidas a partir das atividades propostas neste caderno.



COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC COMPREENDIDAS NESTE CADERNO:

- Nº 4: Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- Nº 8: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Nº 9: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade,

flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

O caderno de atividades viabiliza o desenvolvimento dessas competências na medida em que propõe exercícios que articulam investigação de fontes históricas (tais como: documentos, iconografias, desenhos, leis) à reflexão sobre problemas sociais, especialmente no que se refere aos desafios para a construção de uma sociedade inclusiva, estimulando os alunos a utilizarem a imaginação e criatividade na busca de soluções para esse desafio.



COMPETÊNCIAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS DA BNCC ABORDADAS NESTE CADERNO:

- Nº 1: Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.
- Nº 4: Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Na medida em que proporcionam debates com os alunos sobre questões de identidade e respeito consigo e com o próximo, as atividades do caderno promovem formas de combater preconceitos e geram empatia com os diversos sujeitos que compõem o ambiente escolar, como também o contato com diferentes culturas por meio do trabalho de pesquisa e investigação.



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA DA BNCC ABORDADAS NESTE CADERNO:

- Nº 3: Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a

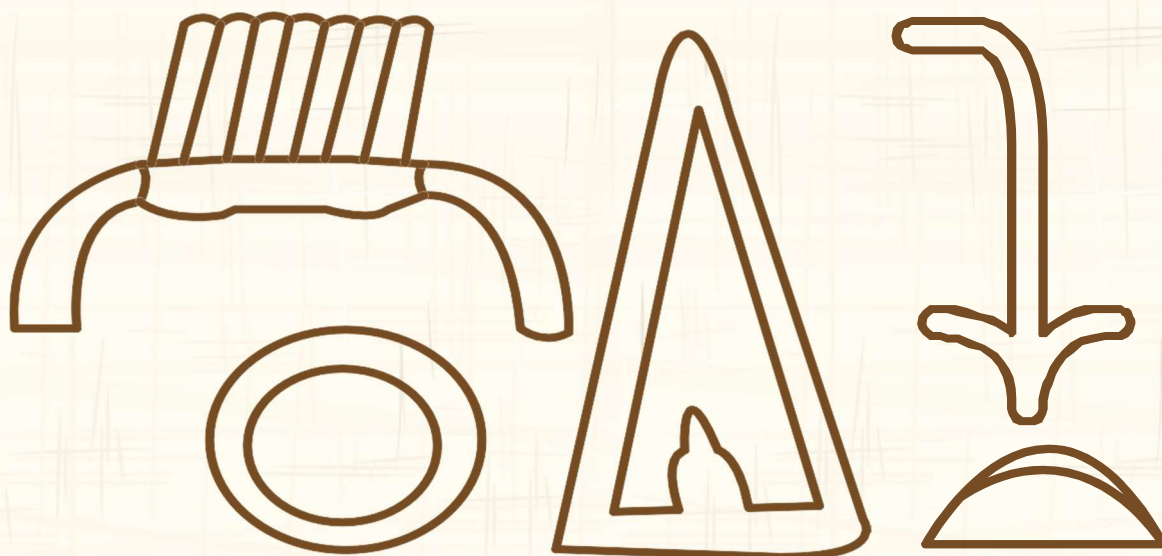
empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. O caderno de atividades foi elaborado objetivando que os alunos possam ser os protagonistas do processo de aprendizagem, utilizando a linguagem como forma de compreender o ambiente em que vivem e também as experiências das civilizações estudadas, a fim de que construam conhecimento histórico de modo crítico, bem articulado com as argumentações que respeitem e valorizem os direitos de cidadania de todos os membros da comunidade escolar.



HABILIDADES ESPECÍFICAS DO 6º ANO DA BNCC ABORDADAS NESTE CADERNO:

- (EF06HI02): Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.
- (EF06HI07): Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.

Esperamos que este caderno de atividades estimule o estudo das sociedades antigas numa perspectiva diferenciada, contribuindo de forma mais efetiva para a compreensão e valorização da diversidade, aspecto fundamental para promovermos um ensino de história cada dia mais inclusivo.



PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR DA BNCC

Seguem orientações sobre como algumas competências da BNCC podem ser desenvolvidas a partir das atividades propostas neste caderno.

Habilidades interdisciplinares que podem ser trabalhadas nas propostas deste caderno:

- **HISTÓRIA:** (EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas / (EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades / (EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços / (EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.

À medida que há a apresentação de alguns conceitos, como cidadania, eurocentrismo, continuidade, migração, desigualdade social, espero que os(as) colegas professores encontrem nas sequências didáticas propostas que contribuam para o desenvolvimento dessas habilidades e conceitos, relacionados

a partir de debates, exposições e material lúdico, para que os estudantes possam compreender um pouco mais a disciplina História e seus componentes, confrontando com questões do tempo presente.

GEOGRAFIA: (EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.

Ao tratar de civilizações antigas, é importante não apenas conhecer as localizações geográficas, como também as modificações que essas sociedades impuseram às paisagens.

PORTUGUÊS: (EF67LP20) Realizar pesquisa, a partir de recortes e questões definidos previamente, usando fontes indicadas e abertas/ (EF67LP21) Divulgar resultados de pesquisas por meio de apresentações orais, painéis, artigos de divulgação científica, verbetes de enciclopédia, podcasts científicos etc. / (EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.

Durante o processo de confecção dos materiais propostos nas atividades, os estudantes estarão exercitando as habilidades acima referidas a partir de leituras de fontes variadas e de debates sobre as sociedades estudadas, de modo a proporcionar diversas interpretações, buscando sempre uma visão crítica acerca do que foi exposto e, conseqüentemente, compreendendo melhor o processo de construção social em que se está inserido.

ARTES: (EF69AR05) Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.) / (EF69AR06) Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais.

Essas habilidades serão exploradas por meio do desenvolvimento de atividades escritas e artísticas com os alunos a partir do manejo de argila, de papiro etc. Além disso, também há a proposição de algumas das atividades lúdicas durante a execução das sequências didáticas.



PROPOSTA 1: PINTURA RUPESTRE

Conteúdo:

A comunicação é um aspecto essencial das relações entre os seres humanos, e algumas civilizações antigas deixaram legado para nossa sociedade com diferentes registros de suas experiências, de valor incalculável. Os registros mais remotos são as pinturas rupestres. Alguns pesquisadores acreditam que os seres humanos pintavam para favorecer a caçada de animais, como uma espécie de ritual; existem aqueles que creem que os registros foram feitos para apreciação, por amor à arte; outros, por sua vez, atribuem às inscrições significados religiosos.

É importante destacar que o surgimento das pinturas rupestres é indicativo da complexidade da linguagem, desenvolvimento da expressão simbólica e intensificação da interação entre os membros do grupo. Como todo registro histórico, as pinturas rupestres nos permitem construir conhecimento sobre como se organizavam os povos que viveram há milhares de anos.

Objetivos:

- Problematizar o conceito de pré-história a fim de perceber que os povos ágrafos desenvolveram outras formas de comunicação,

evidenciando a importância dos diversos modos de expressão para as relações sociais;

- Proceder a análise de pinturas rupestres com o fim de valorizar essa forma de registro, viabilizando a compreensão de que as fontes não escritas são igualmente importantes para o estudo das experiências dos seres humanos no tempo, além de ressaltar que todas as conquistas e descobertas desses sujeitos são também expressão de cultura e conhecimento;

- Evidenciar a importância dos vestígios arqueológicos como patrimônio da humanidade e debater com os alunos acerca da importância da preservação do patrimônio histórico brasileiro em todas as regiões do país;

- Estimular a produção do conhecimento referente à expressão artística com a elaboração de pinturas rupestres a partir da observação e análise de imagens contidas nos livros didáticos.

Metodologia:

1. Para iniciar, explore imagens de pintura rupestre que os alunos podem localizar no livro didático. Promova um debate informando-os que se trata de vestígios do passado. A seguir, pergunte: para que servem as pinturas? O que mais chamou a atenção? O que devem representar? Em que período foram feitas? Já ouviram falar do período histórico a que elas se referem? Sabem onde ficam os locais indicados? Por que esses povos desenhavam em pedras: para mostrar a caça, marcar um caminho ou desenhar a forma como viviam? Estimule os alunos a formularem hipóteses para responderem a essas perguntas, explorando a observação da imagem, as informações do livro e os conhecimentos prévios dos alunos, conduzindo o debate no sentido de incentivá-los a participar ativamente da aula. É a partir desse debate inicial que eles serão motivados a refletir sobre a importância da linguagem e da comunicação para a vida social, assim como a problematizar o conceito de pré-história, cujo caráter eurocêntrico deve ser explicado aos alunos.
2. Neste momento, é interessante ressaltar que, mesmo possuindo características sociais distintas, povos antigos em diversas regiões do mundo, em épocas diversas, realizaram essas pinturas.

A diversidade dessas produções é uma das maiores contribuições para que hoje possamos entender melhor como era a vida dessas pessoas e quais suas formas de enxergar o mundo. Aqui há a oportunidade de mostrar que a língua escrita nem sempre foi a principal forma de comunicação dos povos, e que, por meio do estudo aprofundado de vários profissionais, a cultura dos povos antigos pode ser conhecida e valorizada como patrimônio da humanidade. Ou seja, por meio desse debate, é possível promover o reconhecimento e a percepção positiva das diferenças, aprendizados fundamentais para a reflexão sobre a relação da turma com os colegas portadores de deficiência.

3. O debate pode prosseguir a partir da observação e análise de outras pinturas rupestres, de lugares e épocas diferentes, muitas vezes encontradas no próprio livro didático. Uma atividade viável é propor que os alunos comparem e observem as diferenças e semelhanças, e, a partir daí, elaborem hipóteses sobre o que elas significam (sempre sendo orientados pelo professor na busca por essas respostas).
4. Para dar prosseguimento ao estudo, peça aos alunos que pesquisem em casa, se possível, o site da Fumdham – Fundação Museu do Homem Americano. Nessa página virtual, eles podem ter acesso a vídeos, imagens e informações acerca do maior sítio arqueológico existente no país, conhecendo a história e a geografia desse lugar, mesmo que de forma não-presencial. E, após essa visita inicial, apresente, em sala, imagens e entrevistas com a historiadora Niéde Guidon ao abordar seu trabalho junto à fundação. No fim dessa proposta, na seção “para saber mais”, sugere-se consultar outra página eletrônica em que a estudiosa conta um pouco de sua trajetória e do esforço para a preservação do sítio arqueológico em São Raimundo Nonato.
5. É importante pedir aos alunos que pesquisem informações sobre os materiais usados para realizar essas pinturas (como objetos utilizados para realização dos desenhos e formas de obter as tintas), e, no retorno à sala, conversar com eles sobre como, atualmente, podemos reproduzir essas técnicas para produzir imagens. Nessa retomada, é necessário debater as especificidades dos vestígios encontrados em território brasileiro, podendo citar, como exemplo, as pinturas que existem no Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado

no estado do Piauí. Nesse momento, é preciso assegurar que eles entendam a importância desses vestígios para o estudo do passado e reconheçam a importância dos esforços de pesquisadores, como Niéde Guidon e sua equipe, para preservar essa parte da história do país. Como forma de promover o protagonismo juvenil e a tomada de posicionamento pautada em princípios éticos e democráticos, pergunte o que pode ser feito, na opinião dos estudantes, para preservar os sítios arqueológicos que nos permitem conhecer parte da história dessas regiões.

6. Dando continuidade ao trabalho, separe a turma em grupos de 3 ou 4 alunos e inicie o processo de confecção do material para as pinturas rupestres, que pode ser elaborado de várias formas. As informações seguem no fim da sequência didática, e é essencial que se escolha uma proposta que se adeque às condições de sua sala de aula. É interessante levar algumas imagens para que os alunos possam observar e usar como referência de estilo na hora de elaborar suas representações. Estimule os alunos a registrar aspectos de suas vidas, sejam momentos excepcionais – como festas e comemorações –, sejam cenas do cotidiano.
7. Após a realização dos desenhos, finalize a atividade com a condução de uma exposição das pinturas realizadas pelos alunos. Nesse momento, os estudantes devem apresentar suas respectivas pinturas explicando a sua experiência. O professor deve aproveitar a oportunidade e realizar a avaliação dos estudantes. Para os alunos com deficiências auditivas, peçam que façam essa apresentação utilizando a Libras e realizando a tradução simultânea através do intérprete, para que eles se sintam mais confortáveis em expor suas ideias e compreensões sobre o tema. Nessa exposição, eles podem problematizar também o trecho da Constituição Federal de 1988 que segue abaixo (já previamente debatido e estudado pelo professor e alunos em sala de aula), de modo que os visitantes percebam que existe uma lei para garantir que os patrimônios materiais e imateriais sejam preservados em todo país.
8. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte, para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Trecho da Constituição Brasileira de 1988

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Fonte: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

Leitura complementar para você, professor:

Texto 1

“Consideradas elementos comunicativos e educativos, as pinturas rupestres estão impregnadas de história da humanidade. Por suas características, os cientistas (arqueólogos e antropólogos) chamam de Tradições os conjuntos dessas pinturas com igualdade e/ou similaridade. Das muitas conhecidas no Brasil, esta pesquisa preocupou-se em estudar a Tradição Nordeste.

As pinturas rupestres, um dos registros da história social dos habitantes de seis a 12 mil anos atrás, expunham costumes e práticas cotidianas, permitindo que outros grupos ou as gerações seguintes do próprio grupo reutilizassem as informações ali contidas.

A realização de uma pesquisa multidisciplinar (comunicação, antropologia, arqueologia, história, entre outras) mostrou-nos que as pinturas rupestres foram o despertar artístico humano e não ocorreram somente no Velho Mundo, como costuma ser divulgado nas enciclopédias de arte.

Apresentando cenas do cotidiano (caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, namoro, ritos) plasmadas nas rochas, as pinturas rupestres tinham várias funções e revelam que a vida diária dos primeiros ocupantes do país era muito dinâmica. Portanto, elas são fontes de muitas informações e indicativos de que houve história, educação, sociabilização, comunicação e religiosidade desde sempre na história humana. Por isso, graças as suas datações e/ou dos contextos de seus processos de produção, acreditamos que é possível “recuar” para muito antes de 1500a história do espaço hoje conhecido como Brasil.

As pinturas rupestres funcionavam como uma forma de transmissão integrada dos conhecimentos acumulados de uma dada cultura. As rochas serviam como uma espécie de “lousa” para as populações que as produziam, mostrando práticas mantidas ao longo do tempo. Por meio delas, os grupos intercambiavam informações, o que lhes possibilitava desfrutar das condições reais de vida”.

Fonte: JUSTAMAND, Michel. **O Brasil desconhecido**: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato Piauí. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Texto 2

“Arte Rupestre é o nome que se dá ao tipo de arte mais antigo da história, baseado principalmente nas pinturas, desenhos ou representações artísticas gravadas nas paredes e tetos das cavernas. Esse tipo de arte teve seu início no período Paleolítico Superior.

Em outros locais e em outras grutas, pinturas que impressionam pelo realismo. Em algumas, pontos vitais do animal marcados por flechas. A arte preservada por milênios permitiu que as grutas pré-históricas se transformassem nos primeiros museus da humanidade.

Os sítios mais conhecidos e estudados encontram-se na Europa, sobretudo França e no norte da Espanha, na região denominada franco-cantábrica; em Portugal, na Itália e na Sicília; Alemanha; Balcãs e Romênia. No norte mediterrâneo da África; na Austrália e Sibéria são conhecidas milhares de localidades, porém não tão estudadas, como é o caso do Brasil. Em 2003, pinturas rupestres foram também descobertas em Creswell Crags, Nottingham shire, Inglaterra.

Encontradas nos tetos e paredes das escuras grutas, descobertas por acaso, situadas em fundos de cavernas. São pinturas vibrantes realizadas em policromia que causam grande impressão, com a firme determinação de imitar a natureza com o máximo de realismo, a partir de observações feitas durante a caçada. Estima-se que esta arte tenha começado no Período Aurignaciano alcançando o seu apogeu no final do Período Magdaleniano do Paleolítico.

No entanto, a idade das pinturas permanece, em muitos sítios arqueológicos, uma questão controversa, dado que métodos como a datação por carbono radioativo podem facilmente levar a resultados errôneos pela contaminação de amostras de material mais antigo ou mais novo, e que as cavernas e superfícies rochosas estão tipicamente atulhadas com resíduos de diversas épocas. Contudo, como ocorre com toda a Pré-História, é impossível estar-se seguro dessa hipótese devido à relativa falta de evidência material e a diversas lacunas associadas com a tentativa de entender o pensar pré-histórico aplicando a maneira de raciocinar do homem moderno.

Acredita-se que estas pinturas, cujos materiais mais usados são o sangue, argila e excrementos humanos, têm um cunho ritualístico. Nos sítios espalhados pelo mundo, é padrão encontrar, além dos desenhos parietais, figuras e objetos decorativos talhados em osso, modelados em argila, pedra ou chifres de animais, além de fabricarem as tinturas através das folhas das árvores e do sangue de animais.

As pinturas rupestres podem proporcionar valiosas pistas quanto à cultura e às crenças daquela época. Os desenhos representados nas cavernas eram figuras de grandes animais selvagens. Quando pintavam o animal nas paredes, não era apenas um desenho, era a alma do animal que ali iria ficar preso para dar sorte nas caças. A figura humana raramente era representada.

Uma teoria alternativa e mais moderna quanto ao objetivo destas pinturas, baseada em estudos de sociedades mais recentes de caçadores-coletores, é que as pinturas foram feitas por xamãs. Os xamãs retirar-se-iam para a escuridão das cavernas, entrariam em estado de transe e pintariam, então, imagens de suas visões, talvez com alguma intenção de extrair força das paredes da caverna para eles mesmos. Isso favorece a explicação sobre a antiguidade de algumas pinturas e a variedade dos motivos”.

Fonte: ENDO, Tatiana Sechler. **A pintura rupestre da pré-história e o grafite dos novos tempos**. 2009. 12f. Monografia (Pós Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação/ Universidade de São Paulo/ Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2009. p. 4-5. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/215-690-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Materiais necessários:

- Pedras (Se não houver, pode ser tijolo branco, papel ofício, tecido, cartolina etc.);
- Tinta guache, giz de cera, folhas de urucum e outras plantas para fazer tintas naturais;
- Pincel pequeno ou utilizar a própria mão dos alunos como instrumento;
- Tesoura;
- Papel de jornal;
- Spray de revestimento;
- Imagens de pinturas rupestres.

Dica de como fazer:

Alertamos que todos os vídeos indicados abaixo são para os professores e, caso queiram indicar para os seus alunos, sugerimos que assistam com antecedência e avaliem se o conteúdo é adequado aos estudantes, observando abordagem e temas sensíveis. As sugestões de atividades não podem ser feitas sem supervisão de adultos.

• O site **Um como** apresenta uma maneira bem simples de fazer pinturas rupestres com as crianças. A autora, Sara Viega, dá dicas

dos materiais que se deve utilizar, tais como: pedras, ou outros materiais rupestres, tinta, tecidos, tesoura, papel de jornal e spray de revestimento. Fala ainda qual a metodologia aplicada por ela para realizar tal atividade.

Ver mais em: VIEGA, Sara. Como fazer pinturas rupestres. **Um como**, São Paulo, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://artes.umcomo.com.br/artigo/como-fazer-pinturas-rupestres-322.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

- No site **Terra de Lund**, Cinthia Camargo exibe um roteiro de aulas, para o público do 1º ao 6º ano, que favorece o trabalho com essa temática. Utiliza materiais diferentes da 1ª opção sugerida, tais como: cartolina branca, giz de cera de várias cores, tinta nanquim preta, pincel, clips, ou agulha grossa, e cola branca.

Ver mais em: CAMARGO, Cinthia. Pintura Rupestre. **Terra de lund**, [S. l., s, d.]. Disponível em: <https://terradelund.com.br/arte-rupestre>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Para saber mais:

- No Ceará, também existem sítios arqueológicos muito importantes e que contém acervos preciosos acerca da pré-história brasileira. É importante aproveitar a oportunidade para questionar, junto aos estudantes, se preservamos e expomos suas ricas histórias como deveríamos. Sugerimos a visita a estes sites para maiores referências sobre o assunto:

Ver mais em: **Site do Iphan**. Patrimônio Arqueológico – CE. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ce/pagina/detalhes/542>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Ver mais em: **Site do GeoPark Araripe** contendo informações sobre os vários sítios arqueológicos localizados na Região do Cariri no Ceará. Disponível em: [Geopark Araripe \(urca.br\)](http://GeoparkAraripe(urca.br)). Acesso em 10 dez. 2020.

- O site **Arte na rede** contém entrevistas com a historiadora Niéde Guidon sobre sua vida dedicada à preservação do sítio arqueológico em São Raimundo Nonato e sua dificuldade em conseguir fazer o seu trabalho atualmente.

Ver mais em: BELTRÃO, Catherine. Niede Guidon: a saga da Serra da Capivara. **Arte na rede**, São Paulo, 19 jul. 2015. Disponível em: <http://artenarede.com.br/blog/index.php/niede-guidon-a-saga-da-serra-da-capivara/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

- Site da **Fundação Museu do Homem Americano – Fumdham**, que foi criada para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional Serra da Capivara. Entendida como uma entidade civil, sem fins lucrativos, declarada de interesse público pelo governo brasileiro, realiza atividades científicas interdisciplinares, culturais e sociais. Nesse local, teremos acesso a vídeos e informações acerca do parque e do trabalho em busca de conservação e pesquisa das pinturas rupestres.

Ver mais em: **FUMDHAM**. Fundação Museu do Homem Americano. João Costa, Coronel José Dias, São Raimundo Nonato, Brejo do Piauí, 2020. Disponível em: <http://fumdham.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

- No site **Turomaquia**, Patricia de Camargo relata a história de 18 cavernas pré-históricas na Espanha, em especial a Caverna de Altamira, declarada patrimônio da humanidade em 1985. Nesse local, está também o Museu de Altamira. O site, inclusive, armazena alguns vídeos os quais exibem o interior do museu.

Ver mais em: **CAMARGO**, Patricia de. Altamira: a arte chocante dos homens das cavernas. Turomaquia, [S. l.], 22 out. 2013. Disponível em: <https://www.turomaquia.com/altamira-a-arte-chocante-dos-homens-das-cavernas/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

- No site do **Museu de Arqueologia Nacional**, do Ministério da cultura francesa, há a apresentação de pinturas rupestres do lugar e suas especificidades, incluindo um vídeo com visita guiada, do Complexo de Cavernas de Lascaux, na França.

Ver mais em: **MINISTÈRE DE LA CULTURE**. Lascaux. Musée d'Archéologie Nationale. França, 2020. Disponível em: <https://archeologie.culture.fr/lascaux/fr?lng=fr>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Bibliografia complementar:

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. Edição reformulada, 6º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília-DF, dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

ENDO, Tatiana Sechler. **A pintura rupestre da pré-história e o grafite dos novos tempos**. 2009. 12f. Monografia (Pós-Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação/ Universidade de São Paulo/ Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2009. p. 4-5. Disponível em: <http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/215-690-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

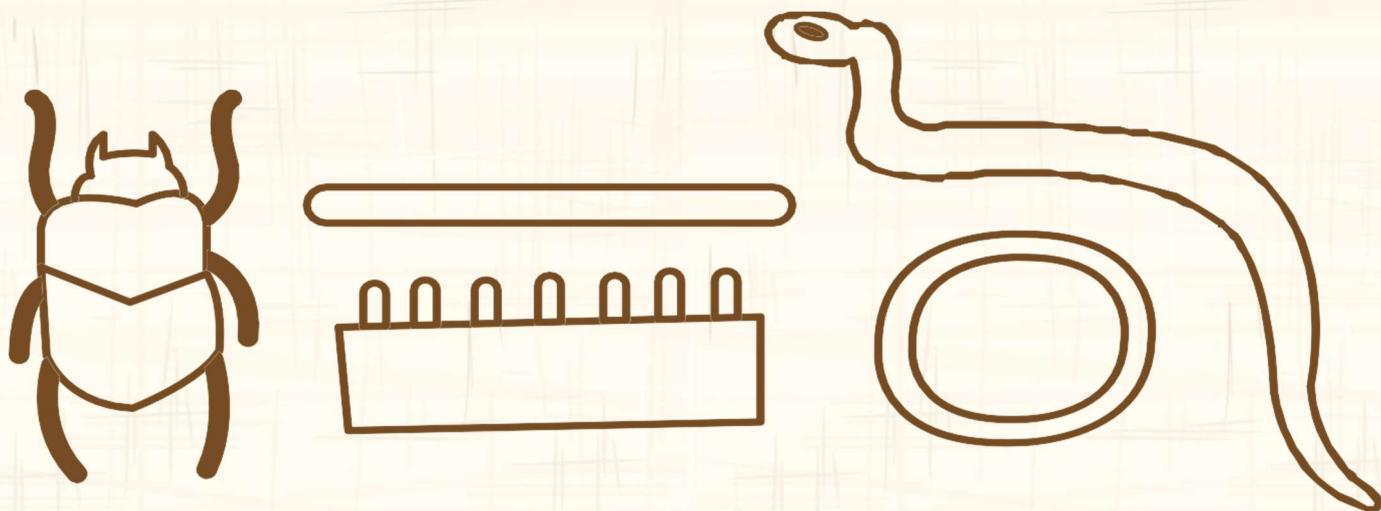
FARIAS, Edinalva de Jesus. **A pintura rupestre para as artes visuais e para a história**: contribuições para a aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental 2. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) – Universidade de Brasília; INSTITUTO DE ARTES – IdA, Cruzeiro do Sul-Acre. 2017. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19840/1/2017_EdinalvaDeJesusFarias_tcc.pdf. Acesso em 15: jan. 2020.

JUSTAMAND, Michel. **O Brasil desconhecido**: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato Piauí. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SECRETARIA de Educação a Distância do MEC. Do impresso à hipermídia. **Web Educ.**, Brasília-DF, [s. d.]. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impresso/imp_basico/e1_assuntos_a1.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: A pré-história de nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/O%20Brasil%20antes%20dos%20brasileiros_%20A%20pre-história%20do%20nosso%20país%20-%20André%20%20PROUS.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Conferência de Jomtien – 1990. **UNICEF**, Jomtien-Jamaica, 05-09 mar. 1990.



PROPOSTA 2: ESCRITA CUNEIFORME

Conteúdo:

Professor, o Oriente Médio, especialmente a Mesopotâmia, que é o local onde se encontram os registros dessa escrita, é tratado pelos livros didáticos como um lugar de passagem, um local de migração de vários povos. Por isso, acredito que seria interessante discutir com os alunos acerca da diversidade de povos que formaram essa sociedade, de modo a associar ao surgimento dos registros escritos às atividades cada vez mais complexas daquela sociedade, que, ao longo do tempo, necessitou de formas de comunicação que pudessem ser guardadas e acessadas de forma diferente daquela proporcionada pela cultura oral.

A palavra cuneiforme significa cunha, e a denominação atribuída a essa escrita se justifica por ser produzida com o auxílio de objetos nesse formato. Além disso, é considerado o sistema de escrita mais antigo conhecido até hoje. Em princípio, tinha propósitos administrativos e contabilísticos, associados às atividades dos comerciantes e governantes, e depois passou a registrar também as formas de sentir e pensar do ser humano.

Objetivos:

- Compreender a escrita como forma de expressão da cultura da sociedade, de modo a informar sobre ideias e experiências de sujeitos que viveram em outro período histórico;
- Problematizar a importância do registro escrito para a organização e o desenvolvimento de algumas sociedades, sem desqualificar de forma etnocêntrica as sociedades ágrafas.
- Explorar o conceito de migração para tratar de diversidade, evidenciando que sociedades formadas por grupos étnicos distintos são um fenômeno comum na história da humanidade;
- Viabilizar o contato dos alunos com a escrita cuneiforme a partir da experiência concreta, utilizando as metodologias ativas, com o fim de estimular a curiosidade e o aprendizado;
- Possibilitar a comunicação dos alunos por meio da linguagem artística e da alfabetização histórica, construindo tabuazinhas de argila de forma coletiva, de modo a aprender sobre as formas de pensar e se expressar das sociedades de outras épocas;

Metodologia:

1. Como ponto de partida, para avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, leia com eles um trecho da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, assinada por vários países em 2001 logo após os eventos do 11 de setembro nos Estados Unidos. Para estimular o debate, sugiram-se as seguintes perguntas: qual o significado da expressão “diversidade cultural”? Quando e como esse fenômeno pode ter surgido na história da humanidade? De que forma ele tem influenciado a vida de homens e mulheres ao longo da história? Espera-se que os alunos associem as provocações aos seguintes fenômenos: diversidade e migrações humanas.
2. Em seguida, o assunto pode ser associado às aulas sobre a Mesopotâmia (região entre os rios Tigre e Eufrates) e dos povos que lá viveram na Antiguidade, enfatizando que essa área é identificada por historiadores e arqueólogos como um local de

passagem e de constantes migrações, inclusive ainda hoje. Essa constante movimentação humana na região tem ocorrido por vários motivos, como comércio, guerras e catástrofes naturais. É importante articular esses dois temas: migração e diversidade, sendo imprescindível explorar com os alunos que toda sociedade é resultado de encontros de sujeitos de diferentes origens. Ao longo do tempo, as migrações são realizadas de maneira natural ou impostas de acordo com a realidade de cada sociedade, e a adaptação a tal situação nem sempre é pacífica, pois, dependendo do espaço, podem ocorrer conflitos. Nesse contexto específico, a atração de pessoas àquela região ocorreu em decorrência da terra fértil e das conquistas impostas sobre os diferentes povos que lá viviam, que tiveram de enfrentar outros povos que estavam em busca de terras para melhores plantios e expansão de seus reinos. O contato entre as culturas desses povos faz com que cada uma dessas civilizações do crescente fértil seja importante para sabermos mais um pouco sobre essa sociedade que se formou. Para estimular esse debate entre os alunos, sugere-se explorar as imagens e mapas que estejam disponíveis no livro didático utilizado pela turma. Para que o professor oriente a leitura desses mapas e imagens, é importante definir previamente quais elementos irá explorar, para quais aspectos deverá chamar atenção dos alunos, e quais conhecimentos esperar que eles construam a partir desses exercício, que pode ser feito de forma oral e coletiva.

3. Após esse debate, o professor pode expor aos alunos algumas informações acerca da história da escrita, por exemplo, como os sumérios conseguiram desenvolver sua técnica de escrita, iniciando com o uso dos pictogramas e tendo em sua forma mais avançada o alfabeto. Para ajudar a preparação a aula, confira os textos e vídeos sugeridos nessa sequência didática. Caso deseje, disponibilize o vídeo disposto ao final na seção, para que os alunos tenham mais detalhes sobre o tema e possam adensar o debate e conhecimento.
4. Além dessa discussão sobre a formação da sociedade suméria, faz-se importante tratar com os alunos acerca do convívio com as diferenças, de modo a impulsionar a reflexão sobre a igualdade de todas as pessoas como sujeitos de direitos. A respeito disso, importa destacar a Declaração Universal sobre a Diversidade

Cultural e reafirmar a convicção de que o diálogo intercultural é a melhor garantia da paz, rechaçando categoricamente a teoria que naturaliza como inevitável o choque violento entre culturas e civilizações. É importante que o professor fale ainda que os intercâmbios culturais entre as pessoas são fonte inesgotável de aprendizado, e, por isso, é fundamental que haja uma mudança de mentalidades, para que os alunos possam compreender melhor essa temática, e construir valores mais adequados ao convívio social.

5. Nessa oportunidade, é necessário também ressaltar que as diferenças entre os sujeitos são expressas das mais distintas formas: origem étnica, gênero, região e mesmo condição física. Então, é válido reforçar que todas as pessoas, incluindo as que possuem deficiência, devem ser valorizadas e ter sua dignidade respeitada, porque fazem parte da sociedade que é regida por esse documento, portanto, devem ter igual poder de escolha e representatividade.
6. Para a atividade da próxima etapa, a sugestão é que o professor faça grupos de 4 a 5 alunos, a fim de que todos tenham contato com os materiais utilizados na confecção de tabuinhas de argila, podendo participar ativamente de sua construção. Peça aos grupos que escolham um líder que lhes auxilie nas etapas do processo.
7. Separe a argila que vai ser usada e entregue aos grupos para que possam manusear. Explique aos alunos que devem fazer uma bolinha para que depois possam amassar com o cano PVC, transformando-a em uma tabuazinha parecida com as utilizadas pelos sumérios. O próximo passo é apresentar o alfabeto sumério disposto abaixo para os alunos e pedir que façam o alfabeto na argila (se preferir, pode começar fazendo pictografias para que os alunos aperfeiçoem a técnica).
8. O passo seguinte é fazer com que os alunos transcrevam o artigo da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural para a argila utilizando o lápis ou o palito de picolé. Nesta etapa, se o professor tiver um aluno com deficiência visual, pode pedir que faça a transcrição deste trecho utilizando o Braille, por meio da sua própria reglete, de modo a permitir que ele possa se apropriar do conteúdo da declaração na sua própria linguagem,

possibilitando a exposição dos seus conhecimentos adquiridos posteriormente.

9. Por último, o professor pode colocar as tabuazinhas produzidas para secar em um local protegido, na sala ou outro lugar na escola. Depois de secas, sugere-se que o professor realize uma exposição com o material elaborado (incluindo o feito em Braille) na própria sala ou no pátio da escola, possibilitando que os estudantes falem sobre o que aprenderam durante o processo para outras turmas. Essa etapa servirá como avaliação da aprendizagem dos estudantes acerca do assunto pretendido.

10. Uma outra opção é propor aos alunos uma roda de conversa sobre o tema da diversidade. Ao final, professor e alunos podem construir juntos um grande painel, com desenhos de pessoas diferentes, simbolizando as mais diferentes culturas e sujeitos.

11. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Leitura complementar para você, professor:

Texto 1

“A etimologia da palavra cuneiforme vem do latim *cuneus*, que significa cunha, e sua definição é atribuída como uma escrita que é produzida com o auxílio de objetos em formato de cunha. Após consulta em diversas bibliografias, não se pode determinar uma data exata para a origem dessa escrita, mas vários autores estipulam que por volta de 4 mil anos a.C. os sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme na região da antiga Mesopotâmia, também chamada de escrita sumério-acadiana, e é considerado o sistema mais antigo conhecido até hoje. De acordo com Leal e Siqueira (2011, p. 71), a escrita cuneiforme é um “sistema de escrita dos mais antigos que se conhecem, inventado pelos sumérios da Mesopotâmia. Escrita em forma de cunha, muito usada sobre tijolos de barro. Surgiu na Mesopotâmia por volta da metade do 4º milênio”. Cunha era o

instrumento de metal ou madeira utilizado para se escrever cujo formato permitia cortar a argila e formar os símbolos dessa escrita. De início, a escrita cuneiforme teve por finalidade propósitos administrativos e contabilísticos, visando a facilitar o registro de bens, as marcas de propriedade, os cálculos e as transações comerciais. Com a popularização, sua finalidade foi ampliada para registrar também a expressão dos pensamentos do homem. O desenvolvimento do processo da escrita cuneiforme teve início a partir de uma imagem simples, a qual evoluiu para um símbolo pictográfico fonetizado, para depois se constituir numa palavra. A escrita cuneiforme era composta por volta de dois mil símbolos, mas estima-se que um valor em torno de 200 ou 300 eram usados com maior frequência. Era uma escrita complicada sendo utilizada para exprimir as duas principais línguas da região: a Suméria do Sul e a Acádia do Norte”.

Fonte: PASSOS, Isaías Cristiano da Silva. **Leitura e escrita: uma trajetória dos suportes**. 2017. 67 f., il. TCC (Bacharelado em Biblioteconomia) – UnB, Brasília-DF, 2017.

Texto 2:

“OS POVOS DA MESOPOTÂMIA”

A história da mesopotâmia é marcada por uma sucessão de guerras e conquistas de um povo sobre o outro. Povos que de modo geral disputavam as melhores terras junto à rica planície dos rios TIGRE e EUFRATES, além disso, seus exércitos realizaram expedições de roubo fazendo guerras para conquistar as riquezas dos adversários e submetê-los à escravidão. Entre os principais povos que se estabeleceram na MESOPOTÂMIA, destacam-se: os sumerianos, os acádios, os amoritas, (antigos babilônios), os assírios, os caldeus (novos babilônios), os hebreus, os hititas, os fenícios e os arameus, dentre outros.

Devemos aos mesopotâmicos vários elementos de nossa própria civilização:

- Ano de 12 meses e a semana de 7 dias;
- Divisão do dia em 24 horas;
- Crença nos horóscopos e os doze signos do zodíaco;
- Hábito de fazer o plantio de acordo com as fases da Lua;
- Círculo de 360 graus;
- Processo aritmético da multiplicação.

OS SUMÉRIOS

Entre os montes ZAGROS e o DESERTO DA ARÁBIA, correm dois rios caudalosos que desembocam no Golfo Pérsico: o Eufrates e o Tigre. O vale que eles fertilizam é conhecido como MESOPOTÂMIA, designando-se Assíria a sua parte norte e Caldeia a sua parte sul. Na zona mais meridional da MESOPOTÂMIA, onde antes desembocavam separados os dois rios, foi que os sumérios se estabeleceram no quarto milênio antes de Cristo. Sua origem é desconhecida, mas parece que vieram do planalto da Ásia Central. Fundaram cidades como UR, NIPPUR, LAGASH, cada uma constituindo um pequeno estado, regido por um chefe religioso e civil chamado de Patesi. [...]

Os sumérios desenvolveram um sistema de escrita que inicialmente se destinava ao registro da contabilidade dos templos. Os registros escritos eram necessários para a administração do rico patrimônio acumulado pelos templos através de oferendas religiosas, como escravos, rebanhos, terras. Os antigos agricultores sumérios enfrentaram muitas dificuldades. A principal delas era a escassez de chuvas. Para obter água, abriram canais de irrigação. [...]

OS ACÁDIOS

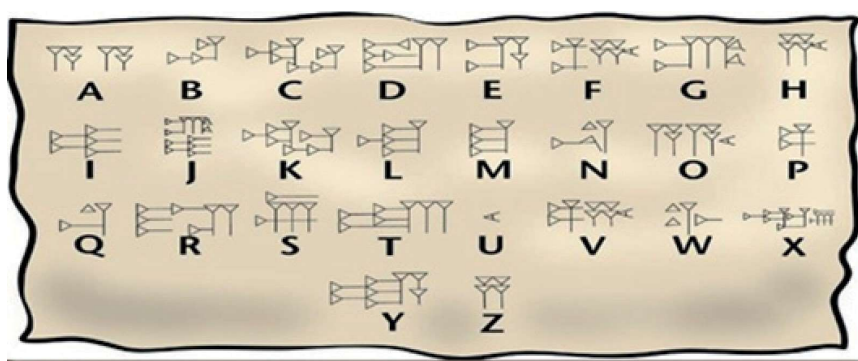
As cidades sumerianas ocupavam as melhores terras da MESOPOTÂMIA. Por esse motivo atraíram a atenção dos acádios, povos que habitavam a cidade de ACAD. Esses povos estabeleceram ao norte dos sumérios, fundando algumas cidades, vindo ACADÉ a ser a mais importante. Ali reinaram, pouco depois, o rei SARGÃO, e seu neto NARAM-SIN, que conquistaram um vasto império englobando todos os povos da CALDEIA, o ELÃ – no extremo ocidental da meseta do IRÃ – seria a Alta Mesopotâmia, até chegar à Ásia Menor. Por volta de 2.500 a.C., os acádios dominaram as cidades dos sumérios. Nas batalhas, os acádios utilizaram o arco e a flecha, mostrando-se mais rápidos e eficientes que a infantaria (tropa que luta a pé) armada com pesadas lanças e escudos. Comandados por SARGÃO I, os acadianos conquistaram e unificaram as cidades sumerianas, fundaram o primeiro império mesopotâmico que expandiu desde o Golfo Pérsico até as regiões de AMORRU e da

ASSÍRIA”.

Fonte: NETTO, João Lourenço da Silva. **A Mesopotâmia e seus povos**. Museu de topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe, Porto Alegre, [s. d.], p. 7-15. (Departamento de Geodésia – UFRGS). Disponível em: http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/PDF/A_Mesopotamia_e_seus_povos.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.

Materiais necessários:

- Argila (que será dividida em blocos);
- Cano de PVC (um tamanho pequeno – o objetivo é utilizá-lo para amassar a argila);
- Lápis pontiagudo ou palito de picolé (adaptação da forma de cunha que os sumérios utilizavam);
- Alfabeto cuneiforme disposto a seguir reproduzido em tamanho maior:



Fonte: CUNHA, Márcio. Escrita Cuneiforme. **Vossas histórias**, Porto Alegre, 10 fev. 2011. 1 il. Disponível em: <http://vossashistorias.blogspot.com/2011/02/escrita-cuneiforme.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

Trecho da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural:

Artigo 1º – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica o é para a natureza. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Fonte: UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2001, p. 1. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

Dica de como fazer:

Alertamos que todos os vídeos indicados abaixo são para os professores e, caso queiram indicar para os seus alunos, sugerimos que assistam com antecedência e avaliem se o conteúdo é adequado aos estudantes, observando abordagem e temas sensíveis. As sugestões de atividades não podem ser feitas sem supervisão de adultos.

- Neste vídeo, a gerente de didática do Museu do Livro ensina como fazer uma tabuinha de escrita suméria, em sua forma pictográfica. A autora fala também um pouco sobre a história, usos e costumes sumerianos.

Ver mais em: **CANALSAPEANDO**: Cómo hacer una tablilla de escritura suméria: Sapeando. [S. l., s. n.], 4 dez. 2012. 1 vídeo (10 min 44s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rmp3etTOGSc>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Para saber mais:

- O vídeo “A Invenção da Escrita (Escrita Cuneiforme, Hieróglifos e a Pedra de Roseta) História da Civilização”, do canal do YouTube **Foca na História**, apresenta um resumo acerca das primeiras civilizações (descritas abaixo) e suas formas de escrita.

Ver mais em: **FOCA na História**: A Invenção da Escrita (Escrita Cuneiforme, Hieróglifos e a Pedra de Roseta) História da Civilização. [S. l., s. n.], 23 nov. 2018. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tUWlpszYaKXw>. Acesso em: 15 jan. 2020.

- Neste vídeo do canal do YouTube **An Explica**, alunos de uma escola apresentam uma pequena compilação de informações acerca da escrita cuneiforme e suas características.

Ver mais em: **AN EXPLICA**: A escrita cuneiforme. [S. l., s. n.], 18 mai. 2018. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GV6_e6BgTBY. Acesso em: 15 jan. 2020.

• Este vídeo, uma iniciativa do grupo de investigação “A Antiguidade e a sua Recepção”, feito pela investigadora Bárbara Botelho Rodrigues, contém informações acerca da escrita cuneiforme e mostra imagens de uma pessoa fazendo uma tabuinha de argila similar a escrita suméria.

Ver mais em: **CHAM – Centro de Humanidades**: Escrita cuneiforme (cuneiform writing). [S. l., s. n.], 29 jan. 2018. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SifMwht0Z6g>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Bibliografia complementar:

A HISTÓRIA da palavra. Diretor: Sang Ho-Han. Coréia do Sul: EBS produções, 2007. 3 episódios, (30 min). Disponível em: https://canalcurta.tv.br/filme/?name=o_nascimento_da_escrita. Acesso em: 13 jan. 2020.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. Edição reformulada, 6º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

COSTA, Renata Dariva. A escrita além dos cuneiformes. **Revista Historiador**, Porto Alegre, n. 5, ano 5, dez. 2012. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/cinco/1renata.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CUNHA, Márcio. Escrita Cuneiforme. **Vossas Histórias**, Porto Alegre, 10 fev. 2011. 1 il. Disponível em: <http://vossashistorias.blogspot.com/2011/02/escrita-cuneiforme.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

NETTO, João Lourenço da Silva. A Mesopotâmia e seus povos. **Museu de topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe**, Porto Alegre, [s. d.], p. 7-15. (Departamento de Geodésia – UFRGS). Disponível em: http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/PDF/A_Mesopotamia_e_seus_povos.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral da ONU. 217 (III) A. Paris, 1948. UNIC: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PASSOS, Isaías Cristiano da Silva. **Leitura e escrita**: uma trajetória dos suportes. 2017. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em

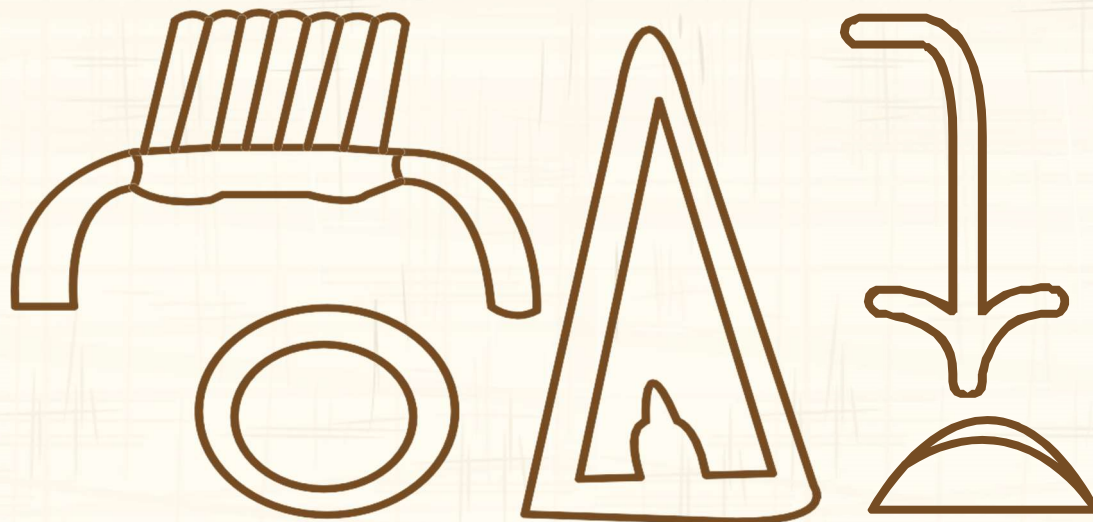
Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017.

SECRETARIA de Educação a Distância do MEC. Do impresso à hipermídia. **Web Educ.**, Brasília-DF, [s. d.]. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impresso/imp_basico/e1_assuntos_a1.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

SAMPAIO, Adovaldo Fernandes. **Letras e memória: uma breve história da escrita**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2001, p. 1. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; SILVA, Renato da; COSTA, Rosimeri Claudiano da. A evolução e revolução da escrita: um estudo comparativo. In: XVIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2014, Rio de Janeiro-RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá; Nova América Del Castilho. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/trab_completos/Evolucao%20e%20revolucao%20da%20Escrita%20ROSIMERI.pdf. Acesso em: 08 fev. 2020.



PROPOSTA 3: ESCRITA HIEROGLÍFICA

Conteúdo:

O Egito figura como uma das maiores civilizações antigas pelo seu legado cultural, entrando para a História como uma fonte de inspiração e conhecimento acerca do mundo antigo. No Egito Antigo, a escrita hieroglífica era realizada pelos escribas que, desde os cinco anos de idade, estudavam em escolas especiais com a finalidade de aprendê-la, além de cálculo... Mesmo existindo a escrita hierática (utilizada pelos sacerdotes) e a escrita demótica (usada em cartas no geral), essa forma de escrever em hieróglifos era a mais empregada para textos oficiais e sagrados, principalmente quando gravada em pedras. Portanto, o uso da escrita na antiga sociedade egípcia é um exemplo de como o conhecimento letrado pode se constituir um componente importante na manutenção da desigualdade social, visto que nem todos poderiam acessá-lo. Na realidade, a maioria da população nunca chegaria a aprender o alfabeto egípcio.

A sociedade egípcia era hierarquizada e, por isso, somente os membros da realeza ou nobreza possuíam acesso a informações por meio da escrita, configurando-se como um privilégio.

Contudo, pessoas portadoras de deficiências físicas não enfrentavam a exclusão social por conta dessa condição. Isso significa que as pessoas portadoras de deficiência não eram proibidas de exercer funções como de escriba, e gozavam, inclusive, dos mesmos privilégios desfrutados pelos demais sujeitos que desempenhavam essa função.

Objetivos:

- Contextualizar a prática da escrita hieroglífica por meio da problematização das noções de desigualdade e exclusão social existentes na sociedade egípcia, de modo a debater a construção de valores associados à ideia de corpo perfeito;
- Evidenciar como práticas culturais também produzem desigualdades na atualidade, com ênfase aos significados atribuídos ao acesso à cultura letrada;
- Apresentar os hieróglifos egípcios aos alunos, de modo a possibilitar um debate acerca do conhecimento da escrita como objeto de poder, no passado e no presente;
- Produzir um papiro egípcio para que os alunos possam entender os rudimentos da técnica egípcia e, ao mesmo tempo, refletir sobre os conceitos de justiça e solidariedade.

Metodologia:

1. Mostre aos alunos imagens do mapa do Egito e faça perguntas prévias sobre o local, o que eles sabem sobre esta civilização, converse sobre possíveis filmes que falem sobre este assunto. Após esta conversa inicial, explique aos alunos os aspectos sociais, políticos e culturais que possibilitaram sua forma de escrita. Apresente a eles um documentário sobre esse assunto, disponível na seção “para saber mais”, que pode ser acessado na internet.
2. Converse com os alunos sobre a composição do império egípcio, formado pela população negra. Tendo bastante destaque na Idade Antiga por conta das grandes construções realizadas com o propósito militar, social e político. Essas construções ainda hoje são visitadas e protegidas como patrimônio mundial, ressaltando a importância desse país para a África nas épocas passadas e atualmente.

3. Peça aos estudantes que entrem e participem das atividades disponíveis no site (indicado abaixo na seção “para saber mais”), em especial a que traduz palavras do nosso alfabeto em hieroglíficos. Essa atividade tem o objetivo de fazer com que os alunos tenham um contato inicial com a escrita egípcia, a fim de proporcionar curiosidade entre eles. Faça com que escrevam seus nomes e de familiares para estimular o interesse.
4. Faça um debate acerca do acesso à escrita nessa sociedade, que era principalmente marcada pela hierarquização social e desigualdades, visto que naquele tempo, no Egito, saber ler e escrever era privilégio de poucos. A sugestão é que o professor utilize a escultura do “Escriba sentado”, que foi encontrada pelo arqueólogo Auguste Mariette, no sítio arqueológico de Sacará, em 1850, e atualmente está no Museu do Louvre em Paris, para apresentá-la aos alunos como a representação de um alto funcionário especializado, alguém com grande poder e privilégio na sociedade egípcia, fato que o colocava na posição distinta perante essa sociedade.

Imagem 1: Estátua Escriba sentado



Fonte: **O ESCRIBA sentado**. Tourblink. [S. l., s. n.], 2018. 1 fotografia. (Louvre não perca nada). Disponível em: <https://www.tourblink.com/louvre/monument/escribasentado/pt/?source=website>. Acesso em: 18 mai. 2020.

Há outras imagens que também são importantes para aprimorar esse debate, como: a estátua do Músico anão da V Dinastia, presente no Instituto Oriental de Chicago, e a do porteiro de Roma, revelada por meio da Estela votiva da XIX Dinastia e originária de

Memphis, que pode ser vista no Museu Ny Carlsberg Glyptotek, em Copenhagen, Dinamarca, ambas disponibilizadas abaixo. Elas podem ser utilizadas para demonstrar que, na sociedade egípcia, ter uma deficiência não era sinônimo de ser incapaz, pelo contrário, as funções poderiam ser exercidas por pessoas com essas características, desde que fossem competentes no seu ofício, podendo inclusive adquirir privilégios. Segundo Maria Aparecida Gugel, em texto escrito disponível no site da **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência:**

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (GUGEL, *on-line*)

O professor pode utilizar essa citação e as imagens a seguir para debater um pouco acerca da condição das pessoas com deficiência na sociedade egípcia:

Imagem 2: Estátua Músico anão



Fonte: **MÚSICO ANÃO**. V Dinastia. Oriental Institute Chicago, Chicago, [s. d.]. 1 fotografia. Disponível em: <https://oi.uchicago.edu/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Imagem 3: Porteiro de Roma



Fonte: **PORTEIRO de Roma**. Estela votiva da XIX Dinastia e originária de Memphis. Glyptoteket, Dinamarca, [s. d.]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.glyptoteket.com/exhibition/greek-and-roman-sculpture/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

5. Retome com os alunos o debate acerca das desigualdades no Egito Antigo e faça uma comparação com a sociedade brasileira atual. Pergunte aos alunos se conhecem pessoas que têm privilégios, que são tratadas de maneira desigual por terem acesso a um determinado conhecimento inacessível para a maior parte da população. Indague ainda que outros critérios são utilizados pela nossa sociedade para definir quais pessoas terão mais privilégios e oportunidades. Espera-se que eles percebam que atualmente também se faz esse tipo de distinção por vários motivos, entre eles: racismo, homofobia, pessoas com algum tipo de deficiência etc.

6. Apresente o Artigo 5º da Constituição (apresentado adiante) e peça aos estudantes que opinem sobre o que está escrito no trecho e sobre como aquelas ideias se aplicam, ou não, ao contexto em que eles vivem. Várias perguntas podem estimular o debate, a saber: Será mesmo que todas as pessoas são iguais? E, se não são, como devem ser tratadas? De que forma as pessoas são tratadas onde eles, os alunos, vivem? Quais outras formas de

poder, além do conhecimento tratado aqui, podem proporcionar segregação entre as pessoas? Embora a Constituição brasileira tenha um artigo que trata da igualdade, esse princípio ainda não é posto em prática por questões culturais, políticas e econômicas, isto é, questões estruturais do nosso sistema social. A proposta do debate é induzir reflexões sobre esse tema.

7. Em outra aula, organize os alunos em grupos de 3 ou 4, entregue o material necessário e peça-lhes que confeccionem cartazes em formato de papiro com a escrita hieroglífica ou em gesso (conforme exposto no vídeo de como fazer) contendo o trecho da Constituição Federal citado acima.
8. Após o término da tarefa, exponha o material dos estudantes em painéis ou faça uma exposição em sala de aula, de modo que os alunos possam explicar o que aprenderam durante o exercício dessas atividades para grupos de visitantes. Incentive os alunos surdos a participarem dessa atividade utilizando a Libras e expondo o que aprenderam através dessa linguagem, peça aos intérpretes que façam a tradução simultânea do que estarão dizendo para que todos que acompanhem a exposição possam interagir com esses alunos e entendam o que eles estarão informando sobre o assunto. Assim, nesta proposta, você poderá avaliar os alunos de maneira processual, de acordo com as etapas elaboradas durante as atividades.
9. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Leitura complementar para você, professor:

Texto 1:

“A escrita e a língua de um povo refletem eloquentemente o seu pensamento e o seu sistema de valores. O sistema hieroglífico é, a este respeito, uma fonte inesgotável de ensinamentos e revela-nos a importância da vida – em todas as suas formas e manifestações – na mundividência egípcia. O sistema hieroglífico recorria afinal a signos que evocavam determinadas facetas da vida nilótica. Tal como a Tabela Periódica dos químicos, a

lista de signos hieroglíficos elencada por Sir Alan Gardiner proporciona ao egiptólogo contemporâneo um observatório inigualável sobre a vida nilótica. Neles vemos desfilar ante os nossos olhos a diversidade de animais (desde a elegante ave pernalta ao escaravelho), de plantas (onde se incluem as plantas heráldicas como o junco e o papiro – que se transformaria num dos mais importantes suportes da escrita até à invenção do papel – símbolos do Alto e do Baixo Egito, respectivamente) e os próprios elementos do cosmos nilótico como o sinuoso recorte das montanhas, o sol, as estrelas e a água do Nilo. E claro a vida dos homens, desde logo centrada no seu corpo, mas também ele parte de um corpo mais vasto que é social e onde cada um se integrava com diferentes responsabilidades e deveres. É deste domínio que emanam as incontáveis evocações relacionadas com os ofícios: desde logo os instrumentos de escrita, passando pelas alfaias agrícolas e pelas obras artesanais. Tudo o que existe encontrava o seu lugar na escrita hieroglífica. É certo: a escrita hieroglífica imitava a vida e era esta característica que estava na origem do seu forte valor simbólico. No entanto, o inverso também era verdadeiro: uma vez estabelecida, a escrita hieroglífica passou a determinar e a influenciar o cosmos nilótico. E não estamos apenas a falar do tremendo impacto que a definição do código hieroglífico teve na consolidação da administração real e na afirmação do poder faraónico. O aparecimento da escrita hieroglífica marca literalmente o nascimento da História e da civilização no vale do Nilo”.

Fonte: SOUSA, Rogério. Os hieróglifos: a escrita da vida. **E-F@Bulations**, Porto, [s. n., s. v.], 10 dez. 2012. p. 20. Universidade do Porto CITCEM. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11438.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Texto 2:

“Na sociedade egípcia, porém, poucos sabiam ler e escrever os sinais hieroglíficos. Essa era uma função geralmente exercida por alguém muito prestigiado, que ostentava o título de escriba. A formação do escriba era difícil e demorada, até o completo domínio da língua, mas era necessária para a manutenção do Estado egípcio.

O aprendizado também era cansativo, e os professores não se continham se fosse preciso castigar fisicamente um aluno. Num relato datado provavelmente da Dinastia, a Sátira das Profissões,

um pai que conduz o filho para a escola de escribas descreve as diferentes profissões. Sobre a do escriba, diz:

Eis que não há profissão sem chefe, exceto a do escriba: ele é o chefe. Por isso, se souberes escrever, esta será para ti melhor que as outras profissões que te descrevi em sua desdita. Atenta para isso, não se pode chamar um camponês de ser humano. Em verdade eu te fiz ir para a Residência, em verdade fiz isso por amor a ti, (pois) um dia (que seja) na escola, será proveitoso para ti. Suas obras duram como as montanhas. (ARAÚJO, 2000, p. 222-223)

Percebe-se, assim, por esse pequeno trecho, o quanto era valorizada a profissão do escriba em tempos faraônicos. Os egípcios costumavam escrever em quase tudo que construía, desde paredes, portas e colunas de tumbas e templos, a objetos de uso cotidiano. Os escribas aprendizes utilizavam-se geralmente de lascas de calcário ou fragmentos de cerâmica, chamados pelos gregos de “ostraca”, ou de tábulas de madeira em suas tarefas, por serem materiais mais baratos que o papiro”.

Fonte: COELHO, Liliane Cristina. Hieróglifos e Aulas de História: Uma Análise da Escrita Egípcia Antiga em Livros Paradidáticos. **Revista Mundo Antigo**. Campos dos Goytacazes-RJ, ano I, v. I, p. 193, jul./2012. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2012-1/artigo09-2012-1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Materiais necessários:

- Cartolina ou papel ofício;
- Borra de café;
- Pauzinhos de madeira (papiro);
- Cola para artesanato ou instantânea;
- Tinta guache preta;
- Palito de dente, de unhas ou de churrasco;
- Gesso de secagem rápida;
- Caixa de leite;
- Caneta permanente ou pincel atômico;
- EVA para molde;
- Óleo de cozinha ou vaselina;
- Água.

Proposta de adaptação do alfabeto hieroglífico que segue abaixo, em tamanho maior:



Fonte: BONA, Solange. Traduza seu nome para Hieróglifo (Alfabeto Egípcio). **Solangembo- na**, Joinville-SC, 20 out. 2009. 1 il. Disponível em: <http://solangembona.blogspot.com/2009/10/traduza-seu-nome-para-hieroglifo.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Trecho da Constituição Brasileira de 1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Fonte: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

Dica de como fazer:

Alertamos que todos os vídeos indicados abaixo são para os professores e, caso queiram indicar para os seus alunos, sugerimos que assistam com antecedência e avaliem se o conteúdo é adequado aos estudantes, observando abordagem e temas sensíveis. As sugestões de atividades não podem ser feitas sem supervisão de adultos.

- Neste vídeo, o autor trata um pouco sobre a Arte no Egito e sobre a escrita sagrada hieroglífica. Ele faz um cartucho egípcio de gesso e ensina passo a passo como realizá-lo.

Ver mais em: **VINY Artes**: Como fazer um cartucho egípcio de gesso. [s.l., s.n.], 11 ago. 2019. 1 vídeo (17 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oSFT0eBjHeM>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Neste vídeo, o autor apresenta todo o passo a passo da confecção de uma folha de papiro a partir da planta de mesmo nome. Ou seja, é uma forma mais elaborada de fazer essa forma de papel.

Ver mais em: **MANUAL do Mundo**: how to make papyrus at home. [S. l.: s. n.], 13 dez. 2016. 1 vídeo (9min54s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z_tnbpuu6PI. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Neste site, há um passo a passo de como fazer em casa folhas de papiro e pergaminho. A mídia disponibiliza todas as etapas dos processos, de maneira facilitada, e ajuda a escolher o melhor material de acordo com a realidade de cada expectador.

Ver mais em: **WES**. Como fazer um pergaminho e papiro caseiro. **Como Fazer Fácil**, [S. l., s. n.], 24 jul. 2017. Disponível em: <https://comofazerfacil.com.br/como-fazer-um-pergaminho-e-papiro-caseiro/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Para saber mais:

- Na página **Miniweb**, um teclado disponibilizado pela própria plataforma traduz nomes próprios escritos em hieróglifos egípcios.

Ver mais em: CONVERSOR hieróglifos. **Miniweb**, [S. l, s. d.]. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/cantinho/infantil/38/hieroglifos.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- O artigo, escrito por Maria Aparecida Gugel no site da **Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid)**, aborda a pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.

Ver mais em: GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Ampid**, [S. l., s. d.]. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 18 mai. 2020.

- Vídeo que trata do descobrimento da Pedra de Roseta e suas consequências para o mundo, elaborado pelo canal fechado **History Channel** (em espanhol).

Ver mais em: **HISTORY Documentários**. Segredo dos Hieróglifos da Pedra de Roseta: Documentário History Channel Brasil. [S. l., s. n.], 29 set. 2019. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eSdsWKjG7Mg>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Documentário sobre a Tumba de Tutancâmon e a pedra de Roseta, elaborado pelo canal fechado **BBC**, que fala sobre as descobertas e mistérios acerca do tema (legendado).

Ver mais em: **JOELSON Moura**. A tumba de Tutancâmon e a Pedra de Roseta: documentário. [S. l., s. n., s. d.]. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pq8QIEgRYr0>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Vídeo que contém imagens do trabalho do professor com alunos do 6º ano em que confeccionaram tabuinha de argila com a escrita cuneiforme e hieroglífica.

Ver mais em: **PROFESSOR Junior Online**. Escritas hieroglífica e cuneiforme. [S. l., s. n.], 16 abr. 2013. 1 vídeo (3 min). (Fotos de alunos de uma escola realizando a atividade). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1z4hTfDfUI8>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Bibliografia complementar:

BAKOS, Margaret (org.). **Egiptomania: o Egito no Brasil**. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. Edição reformulada, 6. ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

COELHO, Liliane Cristina. Hieróglifos e Aulas de História: Uma Análise da Escrita Egípcia Antiga em Livros Paradidáticos. **Revista Mundo Antigo**. Campos dos Goytacazes-RJ, ano I, v. I, p. 193, jul./2012. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2012-1/artigo09-2012-1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

SECRETARIA de Educação a Distância do MEC. Do impresso à hipermídia. **Web Educ.**, Brasília-DF, [s. d.]. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impresso/imp_basico/e1_assuntos_a1.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SOUSA, Rogério. Os hieróglifos: a escrita da vida. **E-F@Bulations**, Porto, [s. n., s. v.]10 dez. 2012. p. 20. Universidade do Porto CITCEM. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11438.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.



PROPOSTA 4: ESCRITA FENÍCIA

Conteúdo:

Os fenícios – cujo território de origem, atualmente, faz parte do Líbano – foram grandes comerciantes na Idade Antiga. Além dos seus tecidos, que tinham grande valor, produziam vinho, azeite de oliva e faziam seus navios com o cedro que exploravam no seu território. Por terem uma geografia mais próxima ao Mar Mediterrâneo, utilizavam seus portos expandir o comércio para várias regiões, intensificando o contato com outros povos.

Foram os fenícios que inventaram o alfabeto de 22 letras, posteriormente adaptado por gregos e romanos, que passou a ser referência para a escrita de vários países ocidentais, incluindo o Brasil. Esse alfabeto utilizava símbolos para representar um som ou um grupo de sons, ao invés de um enorme número de símbolos abstratos ou figurativos. Foi criado por volta de 2000 a.C. e representou um avanço considerável na simplificação da escrita, contribuindo para sua difusão.

Objetivos:

- Debater os conceitos de continuidade e permanência por meio da escrita fenícia, de modo a valorizar a diversidade .

Evidenciar como a demanda por formas eficazes de comunicação sempre foi uma necessidade na Antiguidade e como os fenícios resolveram essa questão a partir da escrita do alfabeto com 22 letras;

- Criar condições efetivas para que os alunos percebam que, por meio da comunicação e do respeito à diversidade, podemos construir uma educação de qualidade em sala de aula;
- Reproduzir como os alunos a escrita fenícia e possibilitar a construção de tabuinhas em argila, além de uma exposição com os materiais.

Metodologia:

1. Em uma aula prévia, apresente e debata com os alunos o alfabeto feito pelos fenícios, atentando para o fato de que esses povos inventaram o primeiro alfabeto fonético, em que cada sinal corresponde a um som. É importante destacar, no entanto, que os fenícios não fizeram as vogais, produzidas posteriormente pelos gregos. Assista com eles (se possível), ou sugira que vejam em casa algumas videoaulas disponíveis no YouTube sobre o assunto, a fim de que tenham um contato diferenciado com a matéria em questão e possam conhecer melhor a cultura fenícia. Algumas dicas de vídeos serão apresentadas adiante. Em outro momento, explique aos alunos acerca da sociedade, cultura e cidades fenícias, conforme a abordagem do livro de História adotado em sua escola. Uma opção é conversar com os estudantes sobre a origem do nome desses povos dada pelos gregos, que significa “os roxos” porque tingiam os tecidos com uma tinta roxa que eles mesmos produziam e vendiam para os demais (há vídeos em uma seção abaixo que trata desse assunto).
2. Debater com os alunos que a escrita fenícia foi resultado da necessidade de os comerciantes e mercadores registrarem seus negócios com os povos dos locais que visitavam e onde vendiam suas mercadorias. E por isso ela foi tão valorizada, haja vista que era um modo de favorecer o comércio e, por consequência, promover o intercâmbio cultural. Mas é importante que os alunos percebam que essa escrita foi resultado de uma intercorrência dos povos que habitavam aquelas regiões, portanto, faz parte de uma continuidade e permanência do que já existia.

3. Proponha uma dinâmica que estimule os alunos a perceberem continuidades na evolução da escrita. Esses povos antigos tinham intensos contatos e se influenciavam mutuamente. É interessante mostrar que o alfabeto fenício, mesmo sendo a origem do alfabeto ocidental moderno, também surgiu a partir dos contatos e influências com outros povos, como os egípcios e sumérios. Nesse sentido, a escrita precisa ser debatida como algo contínuo e que possibilitou a permanência de hábitos.
4. Oriente os alunos a fazerem uma pesquisa, indicando sites e informações a serem buscadas acerca dos diferentes tipos de escritas que existiram antigamente nessas civilizações. Pode utilizar as sugestões dispostas ao final das seções ou outras que você tenha acesso. Na seção “Para saber mais”, há um vídeo intitulado “A História da palavra: a revolução dos alfabetos”, que pode ajudá-lo bastante a compreender esse contexto e orientar seus alunos no processo de construção da pesquisa.
5. Divida a turma em diversos grupos, a fim de que cada um pesquise sobre uma escrita, com o objetivo final de que toda a turma encontre as continuidades, os pontos de contato entre as diversas culturas, sob a sua orientação. O resultado pode ser apresentado ao final, em forma de exposições orais ou outras possibilidades (é necessário fazer adaptações para os alunos com deficiências, que podem ser: um desenho, colagens, a exposição em Libras, a contação de histórias etc.). A avaliação, nesse caso, deve ser continuada, e o aprendizado desses conceitos e a participação do grupo serão o foco principal.
6. Outra opção de trabalho sobre o assunto é, em uma aula posterior, apresentar o artigo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e refletir com os estudantes acerca do acesso à educação – incluindo a aprendizagem da escrita – ser direito de todos. Pergunte-os o que é a educação e o que significa ela ser direito de todos os cidadãos? Questione também se, na opinião deles, esse princípio é respeitado na sociedade brasileira. Deixe que os alunos debatam e percebam o quanto a educação se modificou ao longo do tempo, deixando de ser um privilégio para ser reconhecida como um direito adquirido por meio das lutas dos homens no tempo.

7. Depois de todo esse estudo, divida-os em grupos de 3 ou 4 alunos, entregue o material e peça a eles que transcrevam o artigo 2º da LDB para o alfabeto fenício. É essencial observar a sugestão de vídeo para que possa ser realizada a atividade em argila (pode ser realizada também em papel envelhecido, como se fosse um papiro – fica ao critério do professor escolher qual material utilizar, conforme a sua realidade escolar). Além do mais, é interessante verificar se todos os alunos estão participando da atividade, especialmente se estão em contato com esses materiais, assim como é importante possibilitar que todos os alunos possam ter contato com o que diz este artigo. Estimule os desenhos e colagens (para autistas e deficientes intelectuais), o uso da reglete e da pulsão (para os deficientes auditivos) e peça aos intérpretes que traduzam o que está exposto para a Libras (no caso dos surdos).
8. Depois da confecção dos produtos – o que inclui o tempo de secagem dos materiais –, realize com os alunos a exposição dos trabalhos em sala de aula, em uma pequena mostra realizada ao fim do bimestre, para que os demais estudantes da escola possam ter acesso ao material e possam problematizar, junto com discentes do 6º ano, como essa forma de comunicação fenícia foi essencial para produzir a escrita que hoje utilizamos no nosso país, assim como debater o que está escrito no material da LDB. Essa atividade deve servir como avaliação dos alunos.
9. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Leitura complementar para você, professor:

Texto 1:

“Os fenícios, como povo, não podem ser diferenciados da massa geral dos cananeus, até, aproximadamente, a última metade do II Milênio a. C., e é por essa época que devemos começar a nossa história. Este povo dinâmico chega ao seu zênite no princípio do I Milênio a. C. quando, segundo Harden (1971, p. 20), “começa a estender a sua influência (com o comércio) e a sua potência (com a colonização) através de todo o Mediterrâneo e até a regiões fora dos seus limites”. Nesse caminho está Chipre, peça

de fundamental importância para a expansão fenícia, cujas relações com o Levante pretendemos aqui delinear.

Temos pouca quantidade de evidências materiais desse período concernentes à cultura fenícia, o que torna difícil precisar seu surgimento. Markoe (1990, p. 35) afirma que estudos do começo do século tendem a colocar seu início na Idade do Bronze Médio (cerca de 2200-1600 a. C.) ou início do II Milênio a. C., baseado nas descobertas de Biblos. De acordo com a interpretação corrente, entretanto, a arte e a cultura fenícia são consideradas um fenômeno da Idade do Ferro cujas origens remontam à Idade do Bronze Recente (cerca de 1600-1100 a. C.). A cultura fenícia é associada com a reemergência das cidades-estados depois de 1200 a. C., quando das incursões dos Povos do Mar no final da Idade do Bronze.

A situação política e militar consequente à invasão dos povos do mar possibilitou o início de um período de independência. O Egito entrou num longo período de decadência; o Império Hitita foi destruído e os micênios, na sua própria casa, tinham sido dominados por invasores do norte. Na verdade, não subsistia nenhuma grande potência e seu declínio criou um vácuo de poder no Mediterrâneo Oriental. A Assíria (reduzida a seus confins), a Pérsia e a Grécia clássica só serão grandes potências alguns séculos depois. Essa situação geral também determinou o florescer dos estados hebraicos e aramaicos, os quais comprimiram as cidades fenícias ao longo da zona costeira. Durante a última parte do séc. XI e princípios do X (2ª fase da Idade do Ferro – 1000-840 a. C.), os hebreus consolidaram o seu domínio no sul da Palestina, com Saul, David e Salomão, ao vencerem os filisteus. O declínio da cultura filisteia na costa da Palestina e o crescimento de uma cultura israelita distinta, no interior, parecem ter criado condições para uma certa unidade cultural na faixa costeira levantina. As duas nações (Israel e Fenícia) eram aliadas e atingiram seus zênites durante os reinados de Hirão de Tiro (970-936 a. C.) e de Salomão, no princípio do I milênio a. C., o início da expansão colonial e comercial fenícia. O caminho, por fim, estava aberto para uma Fenícia independente e revivificada, pronta para incorporar e estender a sua influência em profundidade e extensão. As cidades dessa área, protagonistas da nova fase histórica, são Tiro (a principal cidade da Fenícia nesse período, 1200-600 a. C.), Arado, Biblos, Sídon, Acad; de Beirute não se tem notícia até o período persa.

[...] A civilização fenícia é um fato característico da Idade do Ferro. Na Idade do Bronze, não podemos falar de Fenícia como uma unidade cultural, pois na região que se conhece hoje vivia uma população de origem semita ainda não diferenciada e autônoma. A diferenciação e autonomia dos fenícios é decorrência de uma situação político-geográfica específica, verificada no Levante na segunda metade do II milênio: invasões de outros povos e a ocupação da região circunvizinha, limitando numa estreita faixa de terra do litoral a população semita que lá vivia e que assim se diferencia e desenvolve uma unidade cultural própria.

Quando surge a Fenícia propriamente dita, seus habitantes já são comerciantes e hábeis artesãos, iniciando assim a expansão marítima comercial e colonial. Já são conhecidos como artesãos da metalurgia, inclusive, seus produtos são requisitados por toda a parte”.

Fonte: RAMAZZINA, Adriana Anselmi. Chipre como primeira etapa da expansão Fenícia pelo Mediterrâneo no início do I Milênio a. C. *Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. l.], p. 291-296, dez. 1993. ISSN 2176-6436. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/785>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Texto 2:

“FENÍCIOS – UM POVO COMERCIANTE”

De origem semita, a Fenícia, ao contrário de outras civilizações da Antiguidade, que se dedicavam à agricultura e ao artesanato, dedicava-se ao comércio marítimo, que ficou conhecido em todo o Mediterrâneo, conforme vestígios que foram deixados por essa civilização nos diversos locais em que aportavam.

Devido à proximidade com o Egito e a Mesopotâmia, os fenícios estimularam-se a ser intermediários mercantis de cereais, produzidos por essas duas civilizações. Também desenvolveram o artesanato em escala comercial, produzindo em série armas, vasos, tecidos brocados etc., facilmente negociáveis.

O ALFABETO FENÍCIO

Entre as conquistas realizadas pelos fenícios, a mais reconhecida é o alfabeto, que teve por objetivo facilitar as operações comerciais.

Os fenícios simplificaram a escrita até então utilizada, adaptando os hieróglifos egípcios e a escrita linear dos cretenses à língua de Biblos, elaborando, assim, uma escrita fonética. Dessa forma, o alfabeto fenício utiliza símbolos para representar um som ou um grupo de sons, ao invés de um enorme número de símbolos abstratos ou figurativos.

O alfabeto fenício, criado por volta de 2000 a.C., representou um avanço considerável na simplificação da escrita, tendo como base social os comerciantes, que necessitavam registrar uma série de pequenas transações. A leitura e a escrita deixaram de ser monopólio de uma minoria.

“O pequeno proprietário ou o negociante podia aprender mais facilmente e assinar o nome, pelo menos, e a fazer suas contas. A nova ideia firmou-se com tanta rapidez que ninguém pode dizer exatamente onde brotou. Foi na realidade um corpo internacional de comerciantes que sancionou, pelo uso, as novas convenções, e foi sua atividade que a difundiu e popularizou o sistema na Idade do Ferro”. (GORDON CHILDE, V.)

Os fenícios chegaram a um conjunto de 22 letras, somente consoantes. As vogais foram introduzidas pelos gregos, mais tarde, e, com apenas algumas modificações, essa foi a base do alfabeto latino, utilizado até hoje como instrumento de comunicação de enorme praticidade”.

Fonte: BRANCO, José Alair Moreira; TOMELIN, Janes Fidélis. A escrita fenícia e a evolução do alfabeto. In: **Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI**, Caucaia-CE, [s. n., s. v], 15 nov. 2007, p. 3. Disponível em: <https://www.profalaor.eng.br/DOWNLOADS/MEUSARTIGOS/PAPER%20-%20A%20Escrita%20Fenicia%20e%20a%20Evolucao%20do%20Alfabeto.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Materiais necessários:

- Argila (a ser dividida em blocos);
- Cano de PVC (um tamanho pequeno – o objetivo é utilizá-lo para amassar a argila);
- Lápis pontiagudo ou palito de picolé;

Alfabeto fenício abaixo, em tamanho maior:



Fonte: LUCA. Ligações Ficheiro: Phoenician alphabet.svg. **Wikimedia Commons**, [S. l.], 27 jun. 2007. 1 il. 725 x 550 cm. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_fenicio#/media/Archivo:Phoenician_alphabet.svg. Acesso em: 21 jan. 2020.

Trecho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB):

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Fonte: BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 21 jan. 2020.

Dica de como fazer:

Alertamos que todos os vídeos indicados abaixo são para os professores e, caso queiram indicar para os seus alunos, sugerimos que assistam com antecedência e avaliem se o conteúdo é adequado aos estudantes, observando abordagem e temas sensíveis. As sugestões de atividades não podem ser feitas sem supervisão de adultos.

- Neste vídeo, a gerente de didática do Museu do Livro ensina como fazer uma tabuinha de escrita suméria, em sua forma pictográfica. A autora comenta também sobre a história, usos e costumes sumérios.

Ver mais em: **CANALSAPEANDO**: Cómo hacer una tablilla de escritura suméria: Sapeando. [S. l., s. n.], 4 dez. 2012. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rmp3etT0GSc>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Para saber mais:

- Documentário que mostra como surgiram as primeiras palavras escritas e a ligação existente entre as civilizações onde essas escritas surgiram.

Ver mais em: **REDE Catarinense**: TV Escola: A História da Palavra – A Revolução dos Alfabetos. [S. l., s. n.], 2012. 1 vídeo (27 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T4VFpLDucBI>. Acesso em: 10 jun. 2020.

- Uma videoaula que revisa a civilização fenícia por meio de uma paródia elaborada e problematizada pelo professor ao longo da sua apresentação acerca dos aspectos políticos, sociais e culturais dessa população.

Ver mais em: **HISTÓRIA Mal Cantada**: Vídeo aula: Fenícios (Antiguidade Oriental). [S. l., s. n.], 16 mai. 2016. 1 vídeo (13 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SyoISW9TmHY>. Acesso em: 21 jan. 2020.

- Narrativa bem didática acerca da civilização fenícia, elaborada em formato de vídeoaula. Há imagens e informações bem diversificadas acerca desse povo. Discorre também sobre o porquê do nome “fenícios”.

Ver mais em: **REVISÃO: Os fenícios: história.** [S. l., s. n.], 3 dez. 2018. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OvjHE9gWGio>. Acesso em: 21 jan. 2020.

- Canal cristão que aborda o que a Bíblia Sagrada fala sobre o povo fenício. Além disso, debate questões históricas e arqueológicas acerca de os fenícios terem estado no Brasil, pois alguns afirmam que inscrições fenícias foram encontradas na Paraíba e na Pedra da Gávea, localizada estado no Rio de Janeiro. Em suma, um vídeo que apresenta uma visão bem interessante destes povos.

Ver mais em: **EVIDÊNCIAS NT. EVIDÊNCIAS: os fenícios estiveram no Brasil?** [S. l., s. n.], 2015. 1 vídeo (27 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGvXGli-odQ>. Acesso em: 21 jan. 2020.

Bibliografia complementar:

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania.** Edição reformulada, 6º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRANCO, José Alaor Moreira; TOMELIN, Janes Fidélis. A escrita fenícia e a evolução do alfabeto. In: **CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI – UNIASSELVI**, Caucaia-CE, [s. n., s. v.], 15 nov. 2007, p. 3. Disponível em: <https://www.profalaor.eng.br/DOWNLOADS/MEUSARTIGOS/PAPER%20-%20A%20Escrita%20Fenicia%20e%20a%20Evolucao%20do%20Alfabeto.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 21 jan. 2020.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios. In: **Hélade**, Rio de Janeiro, n. 5, n. 2, nov. / 2019. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36546803/KORMIKIARI.2004.O_comercio__as_trocas_e_o_sistema_do_dom_entre_os_fenicios.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_comercio_as_trocas_e_o_sistema_do_dom.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200122%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20200122T150353Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=b1a008391ccb3cec43ddd29fcec3af202b3833b704e90701dee7d166a4326198. Acesso em: 21 jan. 2020.

PASSOS, Isaías Cristiano da Silva. **Leitura e escrita**: uma trajetória dos suportes. 2017. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017.

RAMAZZINA, Adriana Anselmi. Chipre como primeira etapa da expansão Fenícia pelo Mediterrâneo no início do I Milênio a. C. **Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, [s. l.], p. 291-296, dez. 1993. ISSN 2176- 6436. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/785>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SECRETARIA de Educação a Distância do MEC. Do impresso à hipermídia. **Web Educ.**, Brasília-DF, [s. d.]. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impresso/imp_basico/e1_assuntos_a1.html. Acesso em: 13 jan. 2020.



PROPOSTA 5: ESCRITA GREGA

Conteúdo:

A Grécia é uma civilização localizada em um território próximo da África e da Ásia, no Mar Mediterrâneo, um espaço de muitos contatos durante séculos e séculos, constituído, inclusive, por ilhas nos mares Egeu e Jônio. Inspiração para a civilização ocidental, sempre mencionada como berço da “democracia”, ainda hoje tão celebrada como uma invenção grega.

Na civilização grega, desenvolveu-se uma escrita adaptada do alfabeto fenício, que formou o alfabeto grego, dando origem também aos alfabetos etrusco e latino, como também a todos os outros que dominaram o Ocidente. Foram os gregos que inventaram as vogais, e isso possibilitou a economia de sinais e eliminação da ambiguidade, o que contribuiu para o sucesso do alfabeto grego e sua difusão pelo mundo antigo.

Não se pode esquecer de problematizar, nesta proposta, a fascinação produzida pela sociedade ocidental em torno da Grécia, que induz ao etnocentrismo e eurocentrismo. Mais que isso, produz preconceito por meio da determinação de modelos únicos para o belo, para o civilizado, princípios que contribuíram para a rejeição das crianças consideradas fracas e defeituosas.

Objetivos:

- Problematizar os conceitos de etnocentrismo e eurocentrismo, a partir da construção de um conceito de identidade pelo qual se define o nós, os outros, e como queremos nos posicionar sobre esses temas;
- Debater o que significa a busca pelo modelo de beleza e perfeição idealizado pela sociedade grega, tendo em vista a compreensão das motivações pelas quais os gregos assassinavam as crianças que consideravam fracas e defeituosas **(Professor, tenha cuidado e sensibilidade para lidar com as informações sobre este tema, que diz respeito à violência praticada contra crianças)**.
- Realizar com os alunos atividades artísticas, lúdicas e didáticas, de modo a proporcionar um aprendizado diferenciado acerca da temática da escrita grega, para que possam compreender e valorizar a diversidade, especialmente no que se refere a respeitar os direitos de pessoas com necessidades especiais.

Metodologia:

1. Peça aos alunos que levem diversos materiais (revistas, tesouras, colas etc.) para a sala de aula com objetivo de construir um corpo idealizado que represente a perfeição. Os estudantes podem fazer diferentes tipos de colagem de olhos, narizes, bocas, cabelos e corpos, construindo uma espécie de “Frankstein às avessas”. Circule pela sala para analisar como eles estão produzindo essas “pessoas”, provavelmente pautando-se em vários estereótipos. Após essa atividade, converse com eles e pergunte o motivo das escolhas que fizeram, verificando se tiveram preferência por pessoas brancas, magras, altas, de cabelos lisos etc. Esse momento divertido e interessante servirá para debater o quanto ainda carregamos imagens pré-estabelecidas no imaginário. A partir dessa reflexão, comece a discutir as idealizações atribuídas à Grécia, promovendo um debate que explore os conhecimentos prévios dos estudantes.
2. Inicie debates sobre a Grécia a partir da composição de sua geografia e cidades. O professor pode utilizar um mapa desse local para melhor visualização, além de imagens que os livros didáticos apresentam sobre esse assunto. Além disso, é importante destacar

a sociedade grega, espalhada pelo território imenso localizado próximo da África e da Ásia, no Mar Mediterrâneo, um espaço de muitos contatos com vários povos durante muitos séculos. Converse com os alunos que esse território grego não formava um só país com as delimitações que temos atualmente, pois se tratava de uma área extensa, composta por ilhas e, inclusive, tinha poderes de Estado descentralizados, ou seja, cada cidade tinha suas próprias leis e costumes. Ademais, era modificado por meio de migrações, guerras e demais conflitos entre os povos.

3. Acrescente à discussão que na maioria das cidades existia um regime aristocrático e oligárquico em que os grandes proprietários de terras detinham o poder e a organização política das cidades, independentemente das cidades retratadas. Eram os chamados “cidadãos”, em Atenas, e os “espartanos”, em Esparta, embora essas cidades sejam bastante diferentes em vários aspectos. No que diz respeito à participação política, somente os bem-nascidos possuíam privilégios de fato. Além disso, quando falar da política grega, direcione esse debate para a xenofobia, que era praticada nesse contexto, e converse com os alunos sobre a dificuldade dessa sociedade em lidar com o diferente.
4. Problematize com os alunos os temas e imagens sobre a Grécia presentes no material didático para que tenham acesso à cultura grega em diferentes realidades. Além disso, apresente, caso ache necessário, o alfabeto grego como pesquisa complementar em casa, por meio do site disposto na seção “para saber mais”, em que os alunos poderão transformar qualquer frase para o alfabeto grego. Isso tem o objetivo de aguçar mais a curiosidade deles, a fim de que fiquem mais atentos a essa forma de comunicação e observem como ela é feita, mesmo que na tela do computador.
5. Aproveite o debate, trazido por eles a partir das pesquisas domiciliares, para exibir um documentário (se for possível o acesso a aparelhos eletrônicos na escola) sobre a história da Grécia, de modo a enfatizar como essa civilização se desenvolveu tão grandiosamente, sendo fonte para o mundo que vivemos atualmente. Existem vários disponíveis na internet, incluindo alguns bem didáticos, como a coleção “Grandes Civilizações”.

6. Após essa explanação fundamental, é interessante pleitear que nas cidades gregas a diferença não era valorizada (pode abrir espaço para falar da participação feminina nessas sociedades, além da temática da escravidão, da xenofobia, das crianças com deficiências). Converse acerca de como as pessoas com deficiência eram tidas como incapazes e, na maioria das vezes, não viviam em contato com os demais habitantes, quando não eram mortas por serem consideradas “castigo dos deuses” ou inaptas para a sociedade, como acontecia em Esparta, onde eram jogadas pela ribanceira dos rios. O modo como tratavam as crianças com deficiência na sociedade grega evidencia a falta de valorização da diversidade e do respeito ao diferente, considerando-as incapazes e, portanto, descartáveis nessa sociedade. Por isso, é importante que o professor incentive comparações com a sociedade atual. Nesse momento, destaque que os deficientes não têm direito apenas à vida em nossa sociedade, mas têm os mesmos direitos que todos nós e devem ser respeitados por todos. **Caro professor, pedimos para que tenha cuidado e sensibilidade para lidar com as informações sobre crianças deficientes serem assassinadas, assegure-se que este assunto seja abordado de maneira adequada com os alunos.**
7. Apresente o trecho da Declaração de Salamanca para os alunos e reflita com eles, nesse momento, como isso vem mudando ao longo do tempo e o quanto nós somos responsáveis por essa mudança. Será que algo está sendo feito na sua escola para que haja mais inclusão? Qual o seu papel nessa discussão e o que você tem feito para que todos os colegas sejam vistos de forma positiva na sala de aula? Você colabora para que essa inclusão seja completa ou é uma das pessoas que exclui os colegas de vários momentos no contexto escolar? Essas são algumas indagações que podem ser realizadas com os alunos, de maneira a refletirem como a participação deles é importante para que a inclusão seja realizada no seu ambiente escolar.
8. Divida-os em grupos de 4 a 5 alunos, repasse o material que foi escolhido, de acordo com a realidade da sua escola (pode fazer em pergaminho, papiro ou aproveitar a argila das outras atividades – observar as dicas de como fazer), e peça a eles que transformem a frase da Declaração de Salamanca para o alfabeto grego. Para o caso dos alunos com deficiência visual, peça que utilizem a reglete e a pulsão para traduzirem a declaração para

o Braile, possibilitando, assim, sua compreensão sobre o tema. Também faça desenhos ou colagens com os alunos com outros tipos de deficiência, para que possam ser incluídos e, assim, participem ativamente desta construção.

9. Após o término dessa atividade, exponha com os alunos esse material pela escola ou pela sala de aula, para fins de avaliação progressiva dos estudantes. Além disso, é importante organizar um debate (incluindo a participação dos surdos com sua linguagem primária, a Libras) acerca da frase exposta e de como podemos melhorar a inclusão na sua escola a partir desse exercício proposto.
10. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braile e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Leitura complementar para você, professor:

Texto 1:

“Mais do que um povo homogêneo, uma raça superior, o que ocorreu na Grécia – e que nos lembra o Brasil, com seu amálgama de culturas – foi uma grande mistura, que talvez explique a própria capacidade de adaptação e dinamismo que os gregos demonstram ao longo da História. Os gregos souberam incorporar elementos culturais de outros povos à sua própria civilização, adaptando-os às suas necessidades. Um bom exemplo foi a adoção do alfabeto, um método de escrita fonético, inventado provavelmente no Oriente Médio pelos fenícios, e que simplificava muito a escrita. Para os comerciantes fenícios, o alfabeto permitiu o uso da escrita nas transações comerciais e os gregos, ao incorporarem esse novo sistema, puderam expandir muito o uso da escrita.

No início do século VIII a.C., o mundo grego está dividido politicamente em uma porção de cidades. Do século VIII ao VI, o processo de formação desse mundo de cidades se completa, passando de uma sociedade camponesa e guerreira, para uma civilização centrada nas cidades (poleis). Os gregos espalharam cidades por todo o Mediterrâneo, rivalizando, no comércio, com

os grandes mercadores orientais: os fenícios.

A cidade – pólis, em grego – é um pequeno estado soberano que compreende uma cidade e o campo ao redor e, eventualmente, alguns povoados urbanos secundários. A cidade se define, de fato, pelo povo – demos – que a compõe: uma coletividade de indivíduos submetidos aos mesmos costumes fundamentais e unidos por um culto comum às mesmas divindades protetoras. Em geral, uma cidade, ao formar-se, compreende várias tribos; a tribo está dividida em diversas frátrias e estas em clãs, estes, por sua vez, compostos de muitas famílias no sentido estrito do termo (pai, mãe e filhos). A cada nível, os membros desses agrupamentos acreditam descender de um ancestral comum, e se encontram ligados por estreitos laços de solidariedade. As pessoas que não fazem parte destes grupos são estrangeiras na cidade, e não lhes cabe nem direitos, nem proteção”.

Fonte: FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2002. p. 18-19. (Repensando a História).

Texto 2:

“Vários autores mencionam a eliminação sumária de pessoas com diferença funcional na Antiguidade, especialmente na Grécia antiga (BIANCHETTI, 1998; CAVALCANTE, 2002; KIRK, GALLAGHER, 1987; PESSOTTI, 1984; SILVA, DESSEN, 2001). As crianças que nasciam com alguma deformidade física eram consideradas sub-humanas, e a eliminação era prática corriqueira (PESSOTTI, 1984). O relato mais antigo e preciso a esse respeito é encontrado na *Política*, obra clássica de Aristóteles, cujo texto contém várias recomendações do autor acerca do casamento e da educação dos filhos, sendo “dever do legislador garantir às crianças uma boa organização física”. Aristóteles inclui algumas características dos pais, tais como idade e aspectos físicos, bem como os cuidados durante a gestação, que poderiam favorecer a saúde dos filhos e, por extensão, da sociedade. Sobre os recém-nascidos, o autor afirma: “com respeito a conhecer quais os filhos que devem ser abandonados ou educados; precisa existir uma lei que proíba nutrir toda criança disforme” (livro IV, cap. XIV). Os gregos valorizavam a perfeição e a estética do corpo, assim como as habilidades físicas para a guerra, a ginástica, os jogos e a dança. Se, ao nascer, uma criança não correspondesse aos ideais atléticos e estéticos, seria sumariamente eliminada.

É também da Grécia antiga a origem do termo estigma. Os gregos possuíam vasto conhecimento sobre recursos visuais, o que os levou a criar a palavra estigma para referir “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p.11). Os sinais eram feitos no corpo, utilizando-se instrumentos de corte ou aquecidos no fogo até ficarem em brasa, e serviam para alertar a sociedade de que o indivíduo era escravo, criminoso ou traidor e deveria ser evitado por ser pessoa marcada ou “ritualmente poluída” (DOUGLAS, 1976). A marca, incluindo aí as condições físicas, indicava que o contato com tais pessoas não apenas deveria ser evitado, mas também poderia ser perigoso.

A concepção de diferença funcional, na Grécia antiga, distingue-se daquela observada no Egito e na Palestina. Entre os gregos, o corpo era fundamental, pela importância dada à estética, aos ideais atléticos e às práticas belicistas, o que transformava qualquer diferença funcional em condição humilhante, indesejável, cuja eliminação era necessária. Ao mesmo tempo que, na Grécia, pessoas com diferença funcional eram eliminadas, no Egito elas chegaram a ser divinizadas (CAVALCANTE, 2002). Na Palestina, por sua vez, a concepção de diferença funcional foi influenciada por aspectos místicos e religiosos, e a presença de alguma diferença no corpo ganhou conotação semelhante ao estigma na Grécia, por ser considerada marca imposta ao corpo por alguma divindade, como punição por pecado cometido. Essa última concepção influenciou fortemente o Ocidente desde a Antiguidade, e, mesmo na atualidade, embora de forma sutil, a pessoa com alguma diferença funcional e quem lhe é próximo não raro ainda buscam explicações a partir de elementos religiosos ou sobrenaturais. No início da era cristã, embora prevalecendo a relação entre pecado e diferença funcional, iniciativas de acolhimento começaram a substituir a eliminação sumária da diversidade funcional”.

Fonte: PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. *História, Ciências, Saúde*. Manginhos-RJ, v. 16, n. 3, jul./set. 2009. p. 715-728. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Texto 3:

“O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo etc.,

com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática. Todos nós, homens e mulheres, somos feitos de diversidade. Esta, embora esconda também a semelhança, é geralmente traduzida em diferenças de raças, de culturas, de classe, de sexo ou de gênero, de religião, de idade etc. A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas. As construções racistas, machistas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material a não ser as diferenças e as relações diferenciais entre seres e grupos humanos. As diferenças unem e desunem; são fontes de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos.

A tomada de consciência das diferenças desemboca em processo de formação das identidades contrastivas heteroatribuídas e autoatribuídas. Os processos identitários, sabe-se, são estritamente ligados à própria história da humanidade. Como escreveu Calhoun, não conhecemos nenhum povo sem nome, nenhuma língua e nenhuma cultura que não fazem, de uma maneira ou de outra, a distinção entre “ela” e “outra”, entre “nós” e “eles” (CASTELLS; MANUEL, 1999, p. 16). Nas sociedades que a Antropologia transformou em primitivas, mas que na realidade são nossas contemporâneas com escolhas culturais diferentes das escolhas ocidentais, o discurso identitário é veiculado pelo pensamento mítico. Por exemplo, entre os Urubus, grupo cultural de Pindaré no Maranhão, assim nomeados pelos vizinhos mas que se autodenominam Kaapor (Kaa = madeira, mata, floresta e Pôr = Ser), todos os homens vieram das madeiras. Todos. Só que, enquanto os Kaapor originaram-se das madeiras boas, os outros Homens nasceram das madeiras podres. (PEREIRA, 1996, p. 17). Nas civilizações antigas grega e romana, a consciência da identidade se expressa pelos conceitos de “gregos” e “bárbaros”, de “quirites”, que tinham a cidadania romana ou a romanidade e de “peregrinos”, que tinham apenas os direitos naturais de todo ser humano. Com o descobrimento da América e da África, os povos autóctones recém descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. A questão colocada tanto pelos teólogos ocidentais dos séculos XVI e XVII, quanto pelos filósofos

iluministas do século XVIII, era saber se esses índios e negros eram bestas ou seres humanos como os europeus. Questão cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Daí a origem do racismo científico ou racialismo que, infelizmente, interfere até hoje nas relações entre seres e sociedades humanos.

Observar-se-á que o encontro das identidades contrastadas engendra tensões, contradições e conflitos que, geralmente, prejudicam o processo de construção de uma verdadeira cidadania, da qual depende também a construção de um Estado Democrático, no sentido de um Estado de direito no qual os sujeitos têm a garantia de seus direitos.

A convivência pacífica só seria possível se sentarmos numa mesma mesa para negociar nossas diferenças e nossas identidades. A tese é a de que nossa identidade é parcialmente formada pelo reconhecimento ou pela má percepção que os outros têm dela, ou seja, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado da identidade do “outro” pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar alguém num modo de ser falso e reduzido (TAYLOR; CHARLES, 1998, p. 45-94)”.

Fonte: MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento – Revista de educação**, Niterói-RJ, n. 12, dez. 2013. Disponível em: Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania/movimento-revista de educação (uff.br). Acesso em: 19 jul. 2020.

Materiais necessários:

- Cartolina ou papel ofício;
- Café para envelhecer o papel;
- Pausinhos de madeira (papiro);
- Cola para artesanato ou instantânea;
- Tinta guache preta;
- Palito de dente, de unhas ou de churrasco;
- Gesso de secagem rápida;
- Caixa de leite;
- Caneta permanente ou pincel atômico;
- EVA para molde;
- Óleo de cozinha ou vaselina;

- Água;
- Alfabeto grego abaixo em tamanho maior:

Α α Alpha	Β β Beta	Γ γ Gamma	Δ δ Delta	Ε ε Epsilon	Ζ ζ Zeta
Η η Eta	Θ θ Theta	Ι ι Iota	Κ κ Kappa	Λ λ Lambda	Μ μ Mu
Ν ν Nu	Ξ ξ Xi	Ο ο Omicron	Π π Pi	Ρ ρ Rho	Σ σ, ς Sigma
Τ τ Tau	Υ υ Upsilon	Φ φ Phi	Χ χ Chi	Ψ ψ Psi	Ω ω Omega

Fonte: DUCU59US. Alfabeto grego e símbolos (útil para educação e escolas), ilustração vetorial. Shutterstock, [S. l., s. d.]. 1 il. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/image-vector/greek-alphabet-symbols-helpful-education-schools-173660282>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Trecho da Declaração de Salamanca de 1994:

ESTRUTURA DE AÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INTRODUÇÃO

2. O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

3. O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

Fonte: UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Portal MEC, Brasília-DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Dica de como fazer:

Alertamos que todos os vídeos indicados abaixo são para os professores e, caso queiram indicar para os seus alunos, sugerimos que assistam com antecedência e avaliem se o conteúdo é adequado aos estudantes, observando abordagem e temas sensíveis. As sugestões de atividades não podem ser feitas sem supervisão de adultos.

- Neste vídeo, o autor confecciona a sua folha de papiro a partir da planta de mesmo nome, uma forma mais elaborada de fazer esta forma de papel, e apresenta todo o passo a passo dessa atividade.

Ver mais em: **MANUAL do Mundo**: how to make papyrus at home. [S. l., s. n.], 13 dez. 2016. 1 vídeo (9 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z_tnbpuu6PI. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Neste site, há um passo a passo de como podemos fazer em casa folhas de papiro e pergaminho. A mídia disponibiliza todas as etapas dos processos de maneira facilitada e ajuda a escolher o melhor material de acordo com a sua realidade.

Ver mais em: WES. Como fazer um pergaminho e papiro caseiro. **Como Fazer Fácil**, [S. l., s. n.], 24 jul. 2017. Disponível em: <https://comofazerfacil.com.br/como-fazer-um-pergaminho-e-papiro-caseiro/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Neste site, há um passo a passo de técnicas feitas de maneira artesanal para envelhecer papel. De forma didática e simples, apresenta como podemos fazer em casa um pergaminho e também outras ideias para o papel envelhecido.

Ver mais em: **IDEIAS Personalizadas**: Diy – como fazer papel envelhecido (Pergaminhos e Rótulos Botter Charms – Old paper Medieval Scroll). [S. l., s. n.], 19 jan. 2015. 1 vídeo (2 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MVGHUjgfpwM>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Para saber mais:

- Site que traduz palavras para o grego. A mídia disponibiliza o seu próprio teclado, e a tradução é feita simultaneamente.

Ver mais em: GREGO – Sistema de transliteração greeklish. **Translitteration**, [S. l.], 2000. Disponível em: <https://www.translitteration.com/transliteracao/pt/grego/greeklish/>. Acesso em: 22 jan. 2020.

• No vídeo disponibilizado pelo canal Nova Escola, Telma Weisz, especialista em Alfabetização e supervisora pedagógica do programa Ler e Escrever, conversa um pouco sobre a relação entre a cultura escrita, as práticas de linguagem e a alfabetização.

Ver mais em: **NOVA Escola: Alfabetizar no contexto da cultura escrita**. [S. l., s. n.], 29 mar. 2012. 1 vídeo (5min.). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6aiP7Jdy39Q>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Bibliografia complementar:

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. Edição reformulada, 6º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

DUARTE, Adriane da Silva. Resenha A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais, de Eric A Havelock. São Paulo: Editora da UNESP/ Paz e Terra, 1996. 370 p. **Interface – Comunic, Saúde, Educ.** p. 205-206. 2. fev., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/14.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A Origem do Alfabeto, **Dalete**, [s. d.]. Disponível em: <http://dalete.com.br/saber/origem.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2002 (Repensando a História).

HAIGANUCH, Sarian. A escrita alfabética grega: uma invenção da pólis? A contribuição da arqueologia. **Classica**, São Paulo, v. 1111 2, n. 1111 2, p. 159-177, 1998/1999. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6298241>. Acesso em: 22 jan. 2020.

HAVELOCK. Eric A. **A revolução da escrita e suas consequências culturais**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

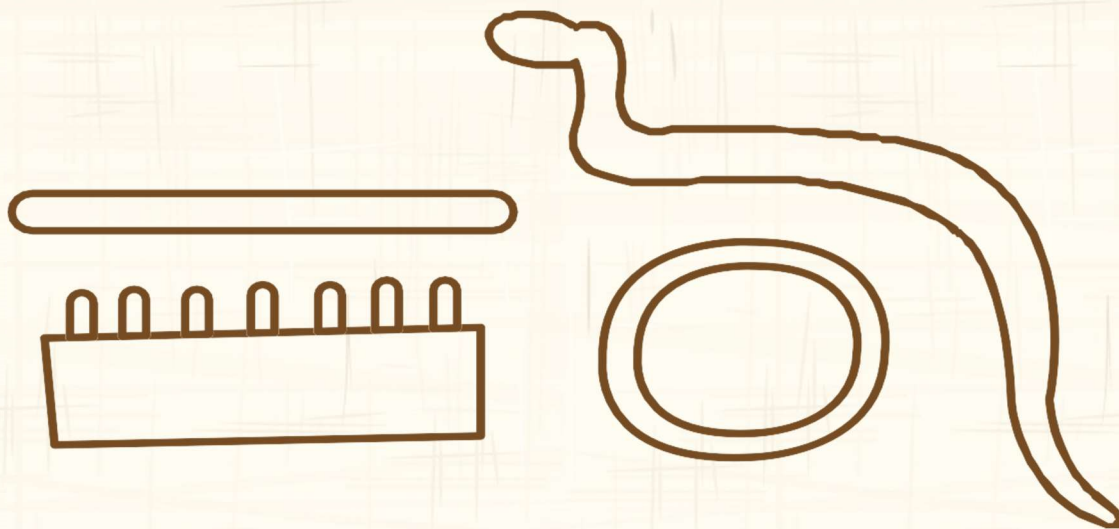
MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Movimento – Revista de educação**, Niterói-RJ, n. 12, dez. 2013. ISSN 23593296. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32511>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PASSOS, Isaías Cristiano da Silva. **Leitura e escrita: uma trajetória dos suportes**. 2017. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em

Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. **História, Ciências, Saúde**. Manginhos-RJ, v. 16, n. 3, p. 715- 728, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SECRETARIA de Educação a Distância do MEC. Do impresso à hipermídia. **Web Educ.**, Brasília-DF, [s. d.]. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/impresso/imp_basico/e1_assuntos_a1.html. Acesso em: 13 jan. 2020.



PROPOSTA 6: ESCRITA ROMANA

Conteúdo:

A Roma Antiga situava-se inicialmente na Península Itálica, tendo em sua fundação aspectos mitológicos já bastante comentados nos livros didáticos, que dividem sua história política em três períodos: Monarquia, República e Império. Foi nesse espaço que se originou o Latim – língua mãe do português, italiano, francês e espanhol – e o Direito romano – que serviu de base para a criação da justiça e de uma série de códigos civis de muitos países, incluindo o Brasil. Ressalta-se a importância da educação para a formação do cidadão romano, visto que ela perpassa toda a construção de códigos de leis para mediar os conflitos e assegurar os direitos das pessoas, princípio ainda hoje fundamental em nossa sociedade. Essas contribuições há séculos vêm sendo supervalorizadas pela cultura erudita, e por isso tornaram Roma uma civilização bastante conhecida no mundo Ocidental, cuja escrita é baseada no alfabeto grego. Os romanos adaptaram a sua língua e passaram a usar apenas 21 letras.

Objetivos:

- Problematizar o Direito Romano como forma de construção de cidadania coletiva e participação popular. Especificamente, deve-se focar a formação do seu povo para a cidadania, a

importância da escola e o conhecimento de nossos direitos reconhecidos legalmente;

- Compreender a civilização romana como parte de um legado de direitos construídos socialmente, com destaque para a criação de um código de leis escritas que influenciou o mundo Ocidental por séculos;
- Mostrar como a civilização romana e suas formas de registro possibilitaram vasto conhecimento sobre sua herança cultural;
- Discutir com os alunos formas de participação cidadã no contexto escolar e na sociedade no geral;
- Possibilitar a construção da escrita romana em pergaminhos caseiros, elaborados por alunos, para que possam ter um maior contato com esse material e variadas formas de atividades artísticas.

Metodologia:

1. Tendo em vista que os estudantes veem flagrantes de desrespeito aos direitos de cidadania todo dia, principalmente no lugar em que vivem, inicie esta aula com um debate sobre temas, como: a falta de estrutura de saneamento e higiene onde moram, a violência etc. O ideal é que você, professor, conduza o debate de modo que eles percebam a importância de conhecer os direitos e questionar sobre como conhecê-los, de modo a verificar se eles veem a escola e a educação como meio de acesso a conhecimentos sobre os direitos de cidadania. Então, só depois dessa fase inicial deve-se tratar a herança romana.
2. Apresente a região da Península Itálica aos alunos por meio de mapas que aparecem nos livros didáticos ou em sites da internet. É importante que eles conheçam essa área geograficamente, que se trata de mais uma civilização banhada pelo Mar Mediterrâneo. Essa informação ajuda a reforçar a ideia de aquele espaço como propício a trocas e influências múltiplas e que, por essa razão, proporcionaram o surgimento do alfabeto latino, em 114 a. C., como uma adaptação do alfabeto grego.
3. Fale, a partir disso, os aspectos gerais dessa sociedade, incluindo o alfabeto romano em tamanho maior (disponibilizado abaixo), e

debata com os alunos acerca da similaridade com o alfabeto português e como isso se deu ao longo do tempo. O professor pode dizer ainda que essa escrita é responsável pela inspiração do alfabeto da maioria dos países europeus e latino-americanos, e foi decorrente da expansão do império romano ainda na Antiguidade como também durante as Grandes Navegações. Fale com os alunos acerca de outras consequências que esse legado romano trouxe para o mundo Ocidental, como a arquitetura romana, a engenharia, o Direito Romano etc.

4. Em uma outra aula, converse com eles somente sobre a criação de direitos. É interessante ressaltar que os aspectos socioculturais da civilização romana contribuíram para que a desigualdade social existente fosse contestada em vários momentos da história. Houve a criação dos códigos escritos, inicialmente a Lei das Doze Tábuas, exigidas pelos plebeus, o que, posteriormente, gerou a base do Direito Romano e da justiça, utilizado para códigos civis de maneira mundial atualmente.
5. Debata ainda que essa participação social só é possível por meio de um conhecimento acerca do que é cidadania. Ressalte com os alunos o quanto é necessário debater acerca dos direitos e garantir a cidadania para que se tenha vida digna e respeitável. Tomando como exemplo a sociedade romana, embora fosse desigual e aristocrática, a luta de classes sociais menos abastadas gerou condições para que alguns direitos pudessem ser legalmente reconhecidos, promovendo reformas social e política.
6. Reflita com os alunos acerca do entendimento sobre algumas frases da Lei das Doze tábuas, presentes no livro de Pedro Paulo Funari (2002), as quais são: “quem tiver confessado uma dívida, terá trinta dias para pagá-la” (p. 68); “quando um contrato é firmado, suas cláusulas são vinculantes, devendo ser cumpridas” (p. 68); “se um patrão fraudar um cliente, que seja amaldiçoado” (p. 68); “a justiça é a vontade constante e permanente de dar a cada um o que é seu” (p. 99); “o direito conduz os que querem e arrasta os que não querem” (p. 99). Importante debater com eles cada frase e ressaltar que alguns desses princípios ainda são adotados em nossa própria sociedade atualmente.
7. Em um outro momento, apresente aos alunos o trecho da Constituição que traz como fundamento principal do nosso país a cidadania e que afirma que todo o poder vem do povo. Converse

com os alunos para saber quem é esse povo cuja lei máxima fala? Como nós, enquanto sociedade, podemos exercer esse poder e utilizá-lo para ampliar o acesso aos direitos de cidadania? Qual o papel da escola na formação cidadã das crianças e jovens? Os questionamentos devem induzi-los a perceberem o quanto a cidadania e o direito são importantes em nosso dia a dia, e como o povo, que somos nós, colaboramos ou não para que o acesso a esses direitos reconhecidos por lei efetivamente sejam alcançados.

8. Em uma outra aula, dialogue com os estudantes sobre existência de diferentes pessoas na sociedade que também precisam ter seus direitos de cidadania assegurados. Também converse sobre a Lei da Inclusão, de 2015, que se encontra na bibliografia. O professor pode debater com os alunos alguns trechos dessa lei e conversar sobre o motivo desse documento ser necessário na nossa sociedade.
9. Leve-os à sala de AEE da sua escola (se existir) e destaque que dispor de uma sala com esses recursos, com o objetivo de assegurar a qualidade da aprendizagem dos alunos portadores de deficiências, é um direito conquistado após muitas lutas e reivindicações.
10. Peça aos estudantes que observem os objetos de comunicações alternativas ou tecnologias assistivas existentes utilizados pelos colegas durante a aprendizagem no contraturno da escola. Se possível, proponha, em conjunto com os professores da sala, uma conversa com os estudantes sobre o que significa o AEE. Caso seja possível, confeccione algumas dessas ferramentas mais simples (como um tapete tátil, por exemplo) para que percebam as diferentes formas de aprendizagem que podem existir. O objetivo é que reflitam que todos têm direito a ter uma aprendizagem e devem ser respeitados. É papel fundamental da escola proporcionar esse tipo de processo de conhecimento. Logo, essa pode ser uma forma de avaliá-los.
11. Uma outra proposta é separá-los em grupos de 3 ou 4 estudantes, entregar o material para confecção de pergaminhos. Além disso, os alunos podem utilizar as pedras para retratar a escrita romana (depende da realidade da sua escola), como também transcrever o trecho da Constituição para o papel. Destaca-se que adaptações devem ser realizadas para a participação de todos os alunos (desenhos, colagens, uso da

reglete e pulsão, contação de histórias e tradução para a Libras são algumas delas) e para a compreensão e inclusão necessárias à atividade.

12. Ao final, organize um debate em sala acerca do tema, a partir da exposição do material elaborado pelos alunos, de modo que eles possam falar (incluindo a Libras e a tradução simultânea realizada pelo intérprete) sobre o que aprenderam com esta proposta. Lembre-se de que a avaliação dos estudantes será realizada de maneira progressiva por meio da participação nesta sequência de atividades.
13. Sugerimos que as exposições sejam acompanhadas do texto em formato Braille e cartaz com descrição audiovisual, dando conta não apenas do texto, como também da descrição do suporte para alunos que tenham baixa visão ou deficiência visual.

Leitura complementar para você, professor:

Texto 1:

“A educação romana constituía a iniciação progressiva a um modo de vida tradicional; a criança aprendia a imitar os mais velhos. Ela convivia com eles, e, à medida que crescia, ia se introduzindo, silenciosa e reservada, no círculo dos adultos. Os valores básicos nessa sociedade são transmitidos entre as gerações; é fundamental o respeito aos costumes dos antepassados ou dos ancestrais: *omosmaiorum*. Ensinar aos jovens esses costumes e o respeito a eles como um valor indiscutível é a principal função de quem educa. Educação entendida aqui no sentido mais amplo da formação, e não apenas da transmissão de conhecimentos por mestres escolares.

Em Roma, sempre se valorizou a tradição, objeto de um respeito indiscutível; muitas vezes, havia um tom pejorativo quando se falava de *resnovae*, as “inovações”, mas que também significava “revolução”, com um valor negativo. Para nós, que incensamos tudo o que é novo, parece estranho, pois associamos à ideia de “novo” um valor positivo: é difícil para nós associar uma conotação positiva ao que é mais velho. Entre os romanos, encontramos o inverso: nos discursos políticos, apela-se para a memória dos antepassados, para a glória dos próprios ancestrais; muitas vezes,

o novo é apresentado como o ameaçador ou desestabilizador. A formação do cidadão desenrola-se no quadro da família, sob a autoridade do *pater familias*. Mas mesmo a mulher terá também o seu papel na transmissão desses valores. Além de familiares, eles têm um caráter cívico, no sentido de que visam à cidade-Estado, a formação completa do *civis*, do cidadão. É a mãe que se ocupa de criar seu filho, mesmo nas famílias nobres. São numerosos, nos autores latinos, os relatos da figura da mãe de homens famosos que colocaram em primeiro lugar o comportamento de seus filhos como cidadãos, deixando em segundo plano o afeto maternal.

A figura de parentes masculinos de idade madura também é importante, seja o pai ou, na falta dele, de um tio ou outra figura que substitua a figura paterna. Os rapazes acompanham o pai, iniciando-se nos aspectos da vida pública da qual irão fazer parte; aprendem pela observação e, sobretudo, pelo exemplo. Os exemplos foram muito valorizados, inclusive pelos historiadores, pois se aprende com o comportamento deixado pelos varões ilustres: essa é a razão de se ensinar a história da cidade. O jovem romano, quando ainda usa a toga pretexta, bordada de púrpura, assiste às cerimônias e festas. No relevo da *Ara Pacis*, em Roma, dedicado pelo Senado a Augusto, no qual se registra a procissão de inauguração do altar, figura toda a família de Augusto, inclusive as crianças, agarradas à toga do pai ou às vestes da mãe, presenciando o cerimonial público da inauguração do monumento; nos baixos-relevos estão presentes desde o príncipe, passando por toda a sua família, os altos sacerdotes, os encarregados dos sacrifícios religiosos; a cerimônia pública era, enfim, uma lição prática de vida, da qual todas as idades participam.

Por volta dos dezesseis anos, o jovem inicia a sua entrada na vida pública; a cerimônia que marca essa passagem é aquela em que ele assume a toga viril. Integra-se ao corpo de cidadãos; o serviço militar e as atividades no fórum o esperam: essas são as duas áreas por onde começa a sua iniciação. O pai pode solicitar para essa tarefa o apoio de um velho amigo da família, um homem político influente e maduro, com experiência, com fama e com vários cargos políticos. O jovem romano vai para o exército, mas continua ligado a alguém influente: a seu pai ou a um patrono, que o encaminha na futura carreira.

O ideal é formar a consciência, inculcando um sistema rígido de

valores morais e também um estilo de vida, com o devotamento total da pessoa e do interesse individual à comunidade. Há o desejo de obter glória, não como uma realização do indivíduo, mas subordinada ao bem e à salvação pública. O homem que salva a pátria em perigo e em circunstâncias difíceis é considerado o ideal. A *salus publica*, o interesse de Roma, deve ser a norma da *virtus* do cidadão. A educação moral era alimentada pelos exemplos oferecidos à sua admiração pela história de Roma”.

Fonte: CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na República. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 273-274, dez. 2006. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/revph/article/view/2295/1389>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Texto 2:

“NOÇÃO” DE DIREITO ROMANO

Podemos definir o Direito Romano como o “conjunto de normas jurídicas que regeram o povo romano nas várias épocas de sua História, desde as origens de Roma até a morte de Justiniano, imperador do Oriente, em 565 da era cristã”.

Estudando a História da Educação em Roma, o historiador Marrou sublinha que, no campo do ensino jurídico, cessa o paralelismo entre as escolas gregas e latinas: “Abandonando aos gregos a filosofia e (ao menos por muito tempo) a medicina, os romanos criaram com suas escolas de direito um tipo de ensino superior original.” Esta originalidade provém evidentemente do objeto desse ensino: o direito romano que, como acentua, ainda, Marrou, representa “o aparecimento de uma forma nova de cultura, de um tipo de espírito que o mundo grego não havia de modo algum pressentido”.

É comum salientar-se que, enquanto a Grécia antiga notabilizou-se, entre outras características, pela vocação especulativa, cultora da idolatria da razão, que deu ao mundo ocidental a Filosofia, Roma, impregnada de um senso prático, criou um admirável ordenamento jurídico da sociedade, que reflete tão bem os traços marcantes do gênio romano: a *gravitas* (senso de responsabilidade), a *pietas* (expressão da obediência à autoridade tanto divina como humana) e a *simplicitas* (a qualidade do homem que vê claramente as coisas e as vê tais como são). Kaser atribui aos dotes do povo romano a magnitude e a importância do Direito Romano privado: “A magnitude do Direito Romano

privado e sua importante missão histórica devem-se aos dotes do povo de Roma para o Direito, à sua constante atenção para com as realidades vitais e a um sentimento jurídico educado, depurado com o transcurso do tempo”. “Compreende-se a magnitude dessa criação original ao gênio romano quando se considera que o Direito Romano chegou a ser, na palavra de Jhering, “como o cristianismo, um elemento de civilização moderna”.

A LONGA VIGÊNCIA DO DIREITO ROMANO

As origens, a evolução e, finalmente, a reinterpretação e atualização do Direito Romano nas compilações justinianas no século VI P. C. abrangem um multissecular espaço de tempo em que os institutos jurídicos surgiram, desenvolveram-se e sofreram modificações, algumas tão profundas que os tornaram quase irreconhecíveis ou simplesmente extinguiu-os. Compreende-se, assim, que o Direito Romano não ofereça em seu conjunto uma unidade monolítica. Como anota Margadant, frases como: “no Direito Romano encontramos a seguinte regra...” sugere falsamente uma unidade que não existe. A diversidade do Direito Romano encontra fácil explicação em numerosos fatores que, através do tempo, influíram direta ou indiretamente na estrutura dos institutos jurídicos. Essa vasta gama de fatores inclui desde os acontecimentos políticos, econômicos, sociais, religiosos que assinalaram as diferentes fases da História de Roma até a intensa atuação dos *jurisconsultos* das mais diferentes épocas, o profícuo trabalho dos pretores e as normas jurídicas emanadas de fontes tão diversas como os Comícios, o Senado e o Imperador”.

Fonte: GIORDANI, Mário Curtis. **Iniciação ao Direito Romano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 1996, p.1-2. Disponível em: <http://files.ibijus.webnode.com.br/200000038-9486495801/Iniciação%20ao%20Direito%20Romano.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Materiais necessários:

- Cartolina ou papel ofício;
- Café para envelhecer o papel;
- Tinta guache preta;
- Palito de dente, de unhas ou de churrasco;
- Pedras ou tijolo branco;

Alfabeto romano abaixo em tamanho maior:



Fonte: ROBERTO, Jose. Estilos de escritura moderna. **Timetoast timelines**, [S. l., s. d.]. 1 il. Disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/estilos-de-escritura-moderna-3d0fdbcb2-42d5-4378-be0c-2a4d5116b589>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Trecho da Constituição Federal de 1988:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - Garantir o desenvolvimento nacional; III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Fonte: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020

Dica de como fazer:

Alertamos que todos os vídeos indicados abaixo são para os professores e, caso queiram indicar para os seus alunos, sugerimos que assistam com antecedência e avaliem se o conteúdo é adequado aos estudantes, observando abordagem e temas sensíveis. As sugestões de atividades não podem ser feitas sem supervisão de adultos.

- No site **Como Fazer Fácil**, há um passo a passo de como podemos fazer em casa folhas de papiro e pergaminho. A mídia disponibiliza todas as etapas dos processos de maneira facilitada e ajuda a escolher o melhor material de acordo com a sua realidade.

Ver mais em: WES. Como fazer um pergaminho e papiro caseiro. **Como Fazer Fácil**, [S. l., s. n.], 24 jul. 2017. Disponível em: <https://comofazerfacil.com.br/como-fazer-um-pergaminho-e-papiro-caseiro/>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- Neste site, há um passo a passo de técnicas feitas de maneira artesanal para envelhecer papel. De forma didática e simples, apresenta como podemos fazer em casa um pergaminho e também outras ideias para o papel envelhecido.

Ver mais em: **IDEIAS Personalizadas**: Diy – como fazer papel envelhecido (Pergaminhos e Rótulos Botter Charms – Old paper Medieval Scroll). [S. l., s. n.], 19 jan. 2015. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MVGHUjgfpwM>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Para saber mais:

- Na videoaula de 15 min, o professor Oto ensina acerca da civilização romana. De forma didática e fácil de compreender, apresenta imagens e apontamentos acerca da civilização citada.

Ver mais em: **PRÓ UNIVERSIDADE Online**: História geral – Roma. [S. l., s. n.], 23 fev. 2016. 1 vídeo (16 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_U5_yx-FxtI. Acesso em: 23 jan. 2020.

- Apresentação da escrita romana e latina realizadas por alunos de um curso de Jornalismo utilizando uma técnica chamada de “Draw my History”, uma forma bem curtinha e simples de abordagem do tema em questão.

Ver mais em: **JOR171M01 FAMETRO**: Origem da escrita romana. [S. l., s.n.], 15 set. 2017. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=goMdbN-RQw0>. Acesso em: 23 jan. 2020.

• Videoaula elaborada pelo professor Rossi acerca do Direito Romano. O docente aborda os aspectos gerais e a organização no período da realeza e da república. A aula foi elaborada com a finalidade de concursos.

Ver mais em: **PROF. ROSSI**: História do Direito – Curtinha Direito Romano Part. 1. [S. l., s. n.], 01 nov. 2017. 1 vídeo (11 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=coiZ2czrPzl>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Bibliografia complementar:

BOULOS JÚNIOR, Alf redo. **História sociedade e cidadania**. Edição reformulada, 6º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 jan. 2020.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A Origem do Alfabeto. **Dalete**, São Paulo. Disponível em: <http://dalete.com.br/saber/origem.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na República. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 273-274, dez. 2006. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/revph/article/view/2295/1389>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DIANA, Daniela. Origem do Alfabeto. **Toda Matéria**, São Paulo, 23 mar. 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/origem-do-alfabeto/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

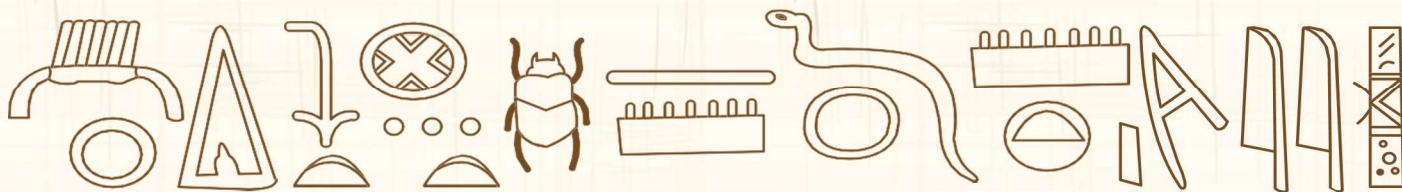
FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Repensando a História).

GALERY, Augusto. O que é (e o que não é) inclusão. In: GALERY, Augusto. **A escola para todos e para cada um**. São Paulo: Summus, 2017.

GIORDANI, Mário Curtis. **Iniciação ao Direito Romano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 1996, p.1-2. Disponível em: <http://files.ibijus.webnode.com.br/200000038-9486495801/Iniciação%20ao%20Direito%20Romano.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MELO, José Joaquim Pereira. Estado Romano e instituições escolares. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande-MS, n. 25, jan./jun. 2008. p. 219-231. (Série – Estudos). Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/309/162>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RODRIGUES, Neidson. Educação: formação humana à construção do sujeito ético. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 232-257, out. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2020.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema tratado neste caderno ainda gera intensos debates dentro e fora dos meios acadêmicos e escolares. Não é algo simples, nem fácil, de ser debatido e trabalhado em sala de aula. Contudo, o acesso à educação inclusiva é um direito de todos os cidadãos e deve ser respeitado. É uma conquista de todas as pessoas, não somente daquelas que têm necessidades educacionais especiais. Todas almejam a cidadania plena, seja tendo acesso à saúde, seja ao trabalho ou, ainda, ao lazer, dignidade etc. É fato que a sociedade mudou, e queremos crer que estejamos caminhando para uma forma de ver o mundo onde a igualdade social (em todos os sentidos) seja um desses direitos assegurados. Quanto ao papel do espaço escolar nessa mudança, partilho da opinião da autora Cristina Lacerda (2006, p. 181) a qual nos diz que:

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso.

Essa busca constante por contribuir para a construção desse espaço de conhecimento coletivo, que respeite e valorize as diferenças, é o que me incentiva, e constituiu a base para este caderno de atividades e a minha pesquisa. Espero que alcancemos o dia em que todos tenhamos os direitos respeitados. Seguimos em frente nesse caminho, pois é a busca por mudanças que move, cotidianamente, as ações de muitos sujeitos históricos e este caderno contribui para que façamos uma caminhada melhor a cada dia. Embarquemos juntos nesta jornada!



www.editoracabana.com